

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 080/2023
Data: 10/05/2023



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
SHORTLINES FERROVIÁRIAS SÃO INCLUÍDAS EM PLANO DE LOGÍSTICA DE SP	4
A TORRADA SEMPRE CAI COM A MANTEIGA PARA BAIXO	5
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	6
EXXONMOBIL ANUNCIA LUCRO RECORDE E REFUTA RUMORES DE ENCERRAR ESFORÇOS DE EXPLORAÇÃO NO BRASIL	6
PRODUTORES DE PETRÓLEO NO BRASIL ENFRENTAM NOVOS DESAFIOS E BUSCAM OPORTUNIDADES NA ERA DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E ESG.....	7
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	9
MOVIMENTAÇÃO PORTUÁRIA FECHA O PRIMEIRO TRIMESTRE COM BALANÇO POSITIVO.....	9
GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF.....	11
MAIO AMARELO - GOVERNO FEDERAL INCLUI SEGURANÇA VIÁRIA COMO CRITÉRIO PARA INVESTIMENTO PÚBLICO, DIZ SECRETÁRIO	11
ORDENS DE SERVIÇO PERMITEM RECUPERAÇÃO DE CERCA DE 300 QUILOMETROS NA BR-364-MT	11
RENOVAÇÃO DE PASSARELAS NA BR-101/PE GARANTE MAIS SEGURANÇA AO TRÁFEGO NO NORTE DE PERNAMBUCO	12
BE NEWS – BRASIL EXPORT	13
EDITORIAL – O HIDROGÊNIO VERDE E A JORNADA BRASILEIRA	13
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	14
<i>Eleição 1</i>	14
<i>Eleição 2</i>	14
<i>Transição 1</i>	14
<i>Transição 2</i>	14
<i>Transição 3</i>	14
<i>Ferrovia</i>	14
NACIONAL - RELATOR DO ARCABOUÇO FISCAL DIZ QUE ESTÁ ANALISANDO OS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA.....	14
REGIÃO SUDESTE - GOVERNO DE SP DISCUTE DESENVOLVIMENTO PORTUÁRIO E INFRAESTRUTURA COM OS PAÍSES BAIXOS	15
REGIÃO SUDESTE - RECEITA IMPEDE EMBARQUE DE 503 KG DE COCAÍNA NO PORTO DE SANTOS	16
REGIÃO SUL - AUTORIDADE PORTUÁRIA CONCLUI DRAGAGEM DE DOIS BERÇOS EM SÃO FRANCISCO DO SUL.....	17
NACIONAL – SANTOS EXPORT 15 E 16 DE MAIO – BLUS MED CONVENTION CENTER – SANTOS – SP	18
REGIÃO NORDESTE - GOVERNO DE PERNAMBUCO GARANTE AÇÕES EM DEFESA DE RAMAL DA TRANSNORDESTINA	18
REGIÃO NORDESTE - PECÉM FECHA PARCERIA PARA ACELERAR PROJETOS DE HIDROGÊNIO VERDE.....	20
REGIÃO NORDESTE - PORTO DO RECIFE CONCLUI OPERAÇÃO INÉDITA DE EXPORTAÇÃO DE ETANOL.....	21
OPINIÃO – ARTIGOS - IMPORTÂNCIA DA REGULAMENTAÇÃO DA IA.....	22
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....	23
FENOP REALIZA MAIS UMA EDIÇÃO DO ENAPORT E CONOGMO.....	24
MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS NOS PORTOS BRASILEIROS CRESCE 1,64% NO 1º TRIMESTRE, DIZ ANTAQ	24
BRASIL EXPORTOU VOLUME RECORDE DE SOJA	24
PRESIDENTE RICARDO BARBOSA CUMPRE AGENDAS EM BRASÍLIA EM PROL DO FUTURO DO PORTO DE CABEDELO	25
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	25
CHOQUE DE OFERTA SE REFLETIRÁ NOS PREÇOS DO GÁS NATURAL, DIZ TOLMASQUIM	25
ANFAVEA DEFENDE EXPLORAÇÃO DE LÍTIO PARA INDÚSTRIA NACIONAL DE BATERIAS.....	27
ROYALTIES DO PETRÓLEO: VEJA OS MUNICÍPIOS QUE MAIS RECEBEM; LISTA DE BILIONÁRIOS ESTÁ MAIOR	28
MDIC QUER DESENVOLVER CADEIA DE SUPRIMENTOS PARA GERAÇÃO DE ENERGIA RENOVÁVEL	30
SHELL VAI RECICLAR PLATAFORMA DO SEU PRIMEIRO CAMPO DE PETRÓLEO NO BRASIL	31
O BIOQAV DE SCHRÖDINGER DA AVIAÇÃO CIVIL.....	33
JORNAL O GLOBO – RJ.....	36
BRASKEM RECEBE PROPOSTA QUE PODE CHEGAR A R\$ 36 BI POR FATIA DA EX-ODEBRECHT NA EMPRESA	36
MINISTRO DA CASA CIVIL QUESTIONA BAIXO PODER DE DECISÃO DA UNIÃO NA ELETROBRAS: 'UM CHEIRO RUIM DE FALTA DE MORALIDADE'	37
ESTUDO DO BANCO MUNDIAL APONTA QUE PRESERVAÇÃO DA AMAZÔNIA VALE US\$ 317 BILHÕES, SETE VEZES MAIS QUE O AGRO.....	38



O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	39
FRANCESA EDF VAI TRIPLICAR GERAÇÃO NO BRASIL COM NOVAS USINAS EÓLICAS EM TERRA E NO MAR.....	39
ARCABOUÇO: DEPUTADOS PRESSIONAM RELATOR A ENDURECER TEXTO COM MAIS SANÇÕES E MENOS EXCEÇÕES À REGRA..	41
ESG SEM O G: GOVERNANÇA CORPORATIVA É O PILAR MENOS VALORIZADO, DIZ PESQUISA	43
STF MARCA JULGAMENTO QUE PODE ALTERAR DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA; ENTENDA	45
PARA 90% DO MERCADO, POLÍTICA ECONÔMICA DO PAÍS ESTÁ NA DIREÇÃO ERRADA, DIZ PESQUISA GENIAL/QUAEST.....	47
CHINA: EXPORTAÇÕES DESACELERAM E IMPORTAÇÕES CAEM EM ABRIL.....	48
GALÍPOLO NO BANCO CENTRAL SERÁ UM ESTRANHO NO NINHO.....	48
VALOR ECONÔMICO (SP)	49
MAERSK PREVÊ INVESTIMENTO DE R\$ 5,2 BI EM TERMINAIS ATÉ 2026	49
LIRA DIZ QUE PLENÁRIO DA CÂMARA VAI CUIDAR DO LEGADO DE REFORMAS FEITAS NOS ÚLTIMOS ANOS	51
DONO DA PE DIZ QUE PLANEJA NOVA FÁBRICA DE CELULOSE NO BRASIL.....	52
RUI COSTA RECONHECE ERRO E DIZ QUE ATRASO EM EMENDAS E CARGOS ATRAPALHA RELAÇÃO COM CONGRESSO	52
FT: DEMANDA CHINESA FRACA EMPURRA PREÇOS DO MINÉRIO DE FERRO PARA MÍNIMA DE CINCO MESES	53
APM, DA MAERSK, PREVÊ INVESTIR R\$ 5,2 BI NO PAÍS	55
EMPRESA PEDE TEMPO PARA DECIDIR SOBRE GALEÃO	55
AGÊNCIA BRASIL - DF	56
INDÚSTRIA BRASILEIRA CRESCE 1,1% EM MARÇO APÓS DUAS QUEDAS SEGUIDAS.....	56
CAMEX ZERA IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO PARA 628 MÁQUINAS INDUSTRIAIS.....	57
PORTAL PORTOS E NAVIOS	58
MOVIMENTAÇÃO PORTUÁRIA FECHA O PRIMEIRO TRIMESTRE COM BALANÇO POSITIVO	58
MOVIMENTAÇÃO PORTUÁRIA CRESCE NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2023	60
PAPER EXCELLENCE ANUNCIA INVESTIMENTO DE R\$ 20 BILHÕES EM PROJETO DE CELULOSE NO BRASIL	60
CGN BRASIL PRETENDE INVESTIR EM PLANTA DE HIDROGÊNIO VERDE NA BAHIA	61
CLIMA E ATRASOS NA COLHEITA IMPACTAM TRANSPORTE DE CARGAS POR TRILHOS NO 1º TRIMESTRE	62
ASSINATURA DE PROTOCOLO DE INTENÇÕES COLOCA A PORTOS RS NO GRUPO DOS CHAMADOS “PORTOS VERDES”	63
EQUINOR CELEBRA DOIS GRANDES CONTRATOS PARA O PROJETO BM-C-33	63
RELATÓRIO APONTA AUMENTO DE DWELL TIME DE IMPORTAÇÃO EM 3 PORTOS	64
SENADORES APRESENTAM PEDIDOS PARA LEVAR PL DA PRATICAGEM A 3 COMISSÕES	65
FPSO 'FLUMINENSE', DA SHELL, SERÁ SUCATEADO NA DINAMARCA.....	66
LUCRO LÍQUIDO DA SAAM DIMINUI NO PRIMEIRO TRIMESTRE	67
PORTO DE LONG BEACH REVELA PLANOS PARA ENORME INSTALAÇÃO EÓLICA OFFSHORE FLUTUANTE	67
VALE E GRAVITYH ASSINAM MOU PARA DESENVOLVER PLANTA DEDICADA À PRODUÇÃO DE BRIQUETES DE MINÉRIO DE FERRO POR REDUÇÃO DIRETA	68
MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA	69
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	69



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

SHORTLINES FERROVIÁRIAS SÃO INCLUÍDAS EM PLANO DE LOGÍSTICA DE SP

Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística contratará estudo no segundo semestre

Por: *Bárbara Farias*



Plano estadual prevê levantamento detalhado da malha ferroviária e a identificação de trechos ociosos Foto: *Matheus Tagé/AT*

Solução logística garantida na Lei Estadual 17.612/2022, que completa cinco meses, os projetos ferroviários de trechos curtos, os chamados shortlines, farão parte do Plano de Logística e Investimentos, em fase de estruturação pelo Governo do Estado. A cargo da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil), o plano será concluído em 2025. As shortlines poderão facilitar o escoamento de carga dos

centros produtores ao Porto de Santos.

Também vistas como uma nova alternativa ao deslocamento de passageiros no Estado, as shortlines têm origem em um projeto de lei elaborado na gestão do então governador Rodrigo Garcia e enviado há um ano pela Casa Civil à Assembleia Legislativa (Alesp). O texto foi aprovado no fim de 2022.

A nova legislação dispõe sobre o Subsistema Ferroviário do Estado de São Paulo (SFE/SP), organizando o transporte ferroviário de cargas e de passageiros, o uso da infraestrutura ferroviária e os tipos de outorga para a exploração indireta de ferrovias no Estado. Nesse escopo, estabelece-se a recriação do Departamento Ferroviário do Estado, que vai regulamentar as shortlines e estipula a exploração de trechos curtos por meio de autorização especial, concessão ou parceria público-privada (PPP).

Já em relação ao Plano de Logística e Investimentos, a Semil informou, em nota, que deverá contratá-lo no segundo semestre deste ano. “Uma das diretrizes do plano será a busca pelo equilíbrio na matriz estadual de transportes, com menor peso do modal rodoviário e maior participação dos modais hidroviário e ferroviário”.

A pasta informou ainda que “no escopo do plano, estão previstos um levantamento detalhado da malha ferroviária e a identificação de trechos ociosos e gargalos. Também serão realizados estudos de mercado para a estimativa da demanda potencial dos diversos segmentos do sistema ferroviário de São Paulo, para a criação de um plano de ação e a definição de prioridades nesse setor”.

De acordo com a Semil, a partir dos estudos de demanda e da estimativa dos investimentos necessários e dos respectivos custos de operação dos trechos, serão propostos modelos de viabilização dos projetos e participação privada.

Ouvidos por A Tribuna, os deputados estaduais que representam a Baixada Santista na Alesp apostam no sucesso da revitalização da malha ferroviária inoperante por meio da concessão de trechos curtos. Caio França (PSB) disse apoiar “qualquer projeto que facilita a ampliação ou revitalização da malha ferroviária do Estado. Subo e desço a Serra todos os dias e sinto o congestionamento também por conta das cargas levadas pelos caminhões”.



Tenente Coimbra (PL) lembrou que a legislação das shortlines é semelhante ao Marco Legal de Ferrovias (Lei Federal 14.273/2021, regulamentada em outubro de 2022), que teve o apoio do então ministro da Infraestrutura e hoje governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). “A nossa briga é que as shortlines sejam implantadas o mais rápido possível. Tenho certeza que essa política vai ser amplamente implementada em todo o Estado”.

Para Paulo Mansur (PL), “distribuir essa malha em pequenos trechos, com operações mais baratas e, muitas vezes, até em empresas familiares, é muito mais viável. É uma solução já usada nos Estados Unidos, onde 29% das cargas são movimentadas em shortlines. Além disso, a concessão por meio de PPPs deixa o Estado menos sobrecarregado, já que a execução, o investimento e a exploração ficam a cargo das empresas privadas e tornam o processo mais agilizado, sem burocracias”.

Solange Freitas (União) mencionou que o setor ferroviário está defasado quando os assuntos em questão são infraestrutura e irrigação da malha ferroviária. “A viabilidade das linhas ferroviárias curtas que possibilitam novos players da iniciativa privada, de custear ramais ferroviários que possam interligar as concessões que já existem, facilitará os acessos ao Porto de Santos e trará desenvolvimento para o setor”.

O deputado estadual Paulo Corrêa Jr. (PSD) também foi procurado pela Reportagem, mas não respondeu até o fechamento desta edição.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 10/05/2023

A TORRADA SEMPRE CAI COM A MANTEIGA PARA BAIXO

A Lei de Murphy, a Matemática, a Física e o Porto de Santos

Por: Maxwell Rodrigues

Lei de Murphy Foto: Divulgação Edward Aloysius Murphy Jr. ficou conhecido no mundo inteiro por uma simples frase: se algo pode dar errado, dará. Apesar de parecer só um mito bem-humorado que assombra os azarados, o preceito tem uma explicação matemática por trás. Na verdade, diversas teorias que fazem parte da famosa Lei de Murphy têm um método científico escondido.

Na parte matemática: não é que tudo dê errado sempre, mas vamos combinar que quanto mais tempo uma tarefa durar, maiores se tornam as chances de algum contratempo acontecer. E isso não tem nada de pessimismo, basta pensarmos estatisticamente. Será que muitos têm a impressão de que aquilo que é necessário ser resolvido no Porto nunca é solucionado e sempre existem contratempos que impedem a solução?

A ciência por trás da Lei de Murphy já inspirou uma série de artigos explorando essa relação. Um dos nomes mais conhecidos nessa tarefa é Robert Matthews, um físico britânico. A história da torrada é explicada por ele de maneira simples, assim como a tese de que a outra fila é sempre mais rápida que a sua. Mas quem explica por quais motivos não conseguimos aumentar a capacidade do Porto de Santos, cuidar da zeladoria, infraestrutura de acessos e dragagem?

Temas mais que conhecidos por todos da nossa região e do País. O tempo passa e parece que a torrada sempre cai com a manteiga para baixo. Temos um Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) aprovado pela antiga gestão da Autoridade Portuária e publicado no site da companhia, mostrando uma projeção de crescimento exponencial em 2040 na movimentação de cargas no porto de Santos, em comparação com 2020.

Para exemplificar, a movimentação de celulose terá um crescimento de 48%. Já para o modal ferroviário, projeta-se um aumento de 45 milhões em 2020 para 86 milhões de toneladas em 2040. Outra importante movimentação projetada é a de contêineres, de 5,3 milhões de TEU em 2020 para 8,7 milhões em 2040, um aumento de 64%.



A capacidade atual do Porto, segundo o PDZ, é de 161,9 milhões de toneladas em 2020 com uma demanda de mercado em torno de 135,7 milhões de toneladas. Contudo, para 2040, os números apontam que a demanda será de 214,9 milhões de toneladas e a capacidade, segundo site da Autoridade Portuária, deve ser de 240,6 milhões de toneladas. Porém, isso dependerá do aumento da capacidade em movimentação e armazenamento.

Não é necessário ser nenhum expert em Matemática para calcular a necessidade iminente da expansão do Porto, com novas áreas para armazenamento de carga para atender a demanda projetada. Qualquer físico sabe que dois corpos não ocupam o mesmo espaço e, apesar de empilharmos contêineres, dificilmente conseguiremos atender um crescimento de 64% colocando um contêiner em cima do outro.

As últimas concessões aparentemente resolvem a questão da celulose e a criação da Ferrovia Interna do Porto de Santos (Fips) atende ao modal ferroviário, mas o que faremos para atender os contêineres? Nessa relação do Porto com a Cidade, é evidente que precisamos aproximar o complexo portuário do cidadão, mas é importante saber que, nesse relacionamento, o emprego é algo muito importante. Cargas com maior valor agregado e com alto volume de movimentação proporcionam novas vagas de emprego. Esse é o DNA da operação de contêineres: valor agregado e emprego.

A primeira Lei de Newton, também conhecida como princípio da inércia, afirma que todo corpo permanece em seu estado de repouso ou em movimento retilíneo e uniforme, caso as forças que atuam sobre ele se anulem. As forças que atuam em nosso setor devem sair do estado de repouso para esse tema, garantindo que o Porto de Santos não perca carga para outros locais na próxima década, assim como já acontece hoje. Se permanecerem nesse estado ou com a capacidade de armazenamento atual, provocaremos a fuga dos investimentos, a falta de vagas para novos empregos e o desvio de cargas para outros portos.

A terceira Lei de Newton é conhecida como lei da ação e reação. Se não reagirmos, perderemos mercado e não acompanharemos o desenvolvimento do mundo. Nossa região poderá ser muito afetada nos próximos anos. Para toda força de ação que é aplicada a um corpo, surge uma força de reação em um corpo diferente. Essa força de reação tem a mesma intensidade da força de ação e atua na mesma direção, mas com sentido oposto. Qual força estamos aplicando no crescimento do Porto e em qual sentido?

Em 2040, espero não debater os temas que nos preocupam hoje. Se isso acontecer, podemos dizer que a culpa é da Lei de Murphy. Porém, por mais que as coisas mudem, a torrada sempre vai cair com a manteiga para baixo.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 10/05/2023



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

EXXONMOBIL ANUNCIA LUCRO RECORDE E REFUTA RUMORES DE ENCERRAR ESFORÇOS DE EXPLORAÇÃO NO BRASIL

Informações: Click Petróleo e Gás

A ExxonMobil, uma das maiores empresas de energia do mundo, refutou os rumores de que encerraria seus esforços de exploração no Brasil.

O chefe da empresa no país, Alberto Ferrin, negou essas informações durante a Conferência de Tecnologia Offshore em Houston, no início de maio de 2023. Segundo Ferrin, o governo, reguladores

e parceiros de exploração estão cientes da continuidade de operação da ExxonMobil no Brasil, que está buscando novas oportunidades de exploração no país.

Com uma taxa de sucesso de 89% na Guiana, a empresa vê o Brasil como um local privilegiado para seus esforços globais de exploração, sendo que fatores como boas rochas, termos comerciais favoráveis, estabilidade fiscal e avanços tecnológicos são favoráveis para suas operações.

ExxonMobil anunciou que alcançou um recorde de lucro no primeiro trimestre de 2023, chegando a US\$ 11,4 bilhões, ou US\$ 2,79 por ação.

Apesar de ter incluído alguns itens desfavoráveis relacionados a impostos europeus adicionais sobre o setor de energia, a empresa conseguiu atender às suas expectativas de gastos de capital e exploração, que devem ficar entre US\$ 23 bilhões e US\$ 25 bilhões. Esses resultados foram atribuídos ao crescimento de ativos privilegiados, melhorias no mix e eficiências de custo e execução.

O Brasil é um mercado estratégico para a ExxonMobil, que possui parcerias importantes no país. Entre elas, uma com a Petrobras em um projeto de exploração no Norte de Carcará, um bloco de exploração no pré-sal brasileiro no Equinor-operado Carcará Norte, além de um acordo para adquirir blocos na bacia de Santos.

A empresa de energia tem uma longa trajetória na liderança em tecnologia e inovação, realizando operações de petróleo e gás de alto risco e engenharia em todo o mundo.

Com sua presença contínua no Brasil e seus esforços para expandir suas operações no país, a ExxonMobil continua a solidificar sua posição como uma das principais empresas do setor de energia.

Os lucros recordes e os esforços de exploração no Brasil mostram o compromisso da empresa em investir em mercados que oferecem oportunidades de crescimento e expansão. A ExxonMobil continua a expandir seus negócios em todo o mundo, buscando novas oportunidades de investimento à medida que surgem.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 10/05/2023

PRODUTORES DE PETRÓLEO NO BRASIL ENFRENTAM NOVOS DESAFIOS E BUSCAM OPORTUNIDADES NA ERA DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E ESG

Informações: [Click Petróleo e Gás](#)



Foto: exploração onshore

Produtores brasileiros de petróleo estão em um novo ciclo, segundo o presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás (Abpip), Marcio Felix.

Durante o programa de desinvestimentos 2016-2022 da Petrobras, as empresas independentes de petróleo e gás tiveram sucesso comprando áreas terrestres maduras e explorando novos mercados, como o mercado de gás natural. Entretanto, agora devem se preparar para uma nova era sem os benefícios da venda de novos ativos, o que requer ganhar eficiência, contribuir com a agenda

ESG e trabalhar em conjunto com o governo para reduzir os requisitos para iniciar a produção de petróleo e gás.

De acordo com Felix, no setor onshore, algumas empresas independentes estão mais focadas em gás natural, que pode substituir outros combustíveis na transição energética. Empresas em áreas



como Alagoas estão contribuindo com um forte compromisso social, revitalizando áreas exploratórias improdutivas. Há também projetos sendo considerados para a captura de carbono no Brasil.

Felix vê possibilidades de diversificação de fontes de energia, auxiliando na transição energética e ESG.

É possível criar um novo senso de propósito para a indústria de combustíveis fósseis, tornando-a híbrida e flexível. O Brasil tem muitas oportunidades para isso, os associados do setor onshore estão em locais que muitas vezes coincidem com o potencial eólico.

Além disso, é necessário buscar o fator de recuperação [de petróleo] mais alto possível. As empresas independentes desempenham um papel na transição e muitas estão começando a se ver como empresas de energia, não apenas de petróleo e gás.

Felix afirmou que seu mandato como presidente da Abpip buscará um perfil mais conciliador. A Petrobras cumpriu seu ciclo de desinvestimentos, e espera-se que a empresa inicie uma nova rodada de vendas, mas na parte onshore, praticamente todos os ativos já foram colocados à venda.

Não adianta exaltar o passado. Fazer campanha por novos desinvestimentos não mudará a situação atual. É necessário esperar por novos movimentos além do que já está em andamento. É preciso ajustar as exigências e os prazos de investimento em exploração no Brasil. A exploração é muito rígida em termos de regulamentação e prazos. Esse prazo pode ser reduzido. A oferta contínua de blocos pela Agência Nacional do Petróleo também pode ser facilitada.

Felix ressalta que o desafio é que os requisitos para um poço produzindo 5 b/d são os mesmos de um poço produzindo 50.000 b/d, com uma mentalidade de produção offshore.

Áreas de baixa produção e baixo risco devem ser facilitadas. Para isso, é importante pensar em provisões temporárias para simplificar a questão. A oferta permanente da Agência Nacional do Petróleo visa simplificar, deixando os blocos disponíveis, mas tornou-se um leilão anual. Ainda precisaremos expandir nossa exploração, principalmente onde houver infraestrutura.

Com relação ao mercado de gás, Felix comenta que ele vai crescer. Temos elos intermediários emergentes na cadeia do gás, comprimindo, licuefazendo e entregando diretamente aos consumidores industriais em um modelo de livre mercado. Essa transformação é visível e crescerá ainda mais em breve.

Em resumo, os produtores brasileiros independentes de petróleo e gás estão enfrentando novos desafios e buscando novas oportunidades.

Estão comprometidos com a agenda ESG e a transição energética. Aos poucos, estão se tornando empresas de energia, não apenas de petróleo e gás.

Essa nova fase na produção de petróleo e gás é o resultado da mudança na dinâmica de desinvestimentos de alguns anos atrás. As empresas independentes estão se concentrando no mercado de gás natural, que é uma fonte de energia mais viável e menos poluente, além de possíveis projetos de captura de carbono. Essas empresas estão se comprometendo cada vez mais com a agenda ESG e reconhecendo o valor de se tornarem empresas de energia, não apenas de petróleo e gás.

O presidente da Abpip, Marcio Felix, destaca a importância de ajustar os requisitos e os prazos de investimento em exploração no Brasil.

Ele ressalta que, atualmente, a exploração é muito rígida em termos de regulamentação e prazos, o que pode afetar a produção de petróleo e gás no país. Para enfrentar esses desafios, áreas de baixa produção e risco devem ser facilitadas, com foco na expansão da exploração em áreas que já possuem infraestrutura.

Além disso, Felix menciona o mercado de gás como uma área que deve crescer. Ele observa que existem elos intermediários emergentes na cadeia do gás, comprimindo, licuefazendo e entregando diretamente aos consumidores industriais em um modelo de livre mercado.

De uma forma geral, os produtores brasileiros independentes de petróleo e gás estão em constante evolução, enfrentando novos desafios e buscando novas oportunidades. Eles têm um forte compromisso social, revitalizando áreas exploratórias improdutivas e, aos poucos, estão se tornando empresas de energia, contribuindo para a transição energética e a agenda ESG.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 10/05/2023



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

MOVIMENTAÇÃO PORTUÁRIA FECHA O PRIMEIRO TRIMESTRE COM BALANÇO POSITIVO

Crescimento de 1,64% é impulsionado pelo mês de março, que registrou aumento de 8,26% em comparação ao mesmo período de 2022



Porto de São Francisco do Sul

Brasília 10/05/2023 - Entre janeiro e março de 2023 o setor portuário movimentou 279,5 milhões de toneladas. O número representa um acréscimo de 1,64% em comparação com o mesmo período de 2022 (275 milhões de toneladas). Os dados são do Painel Estatístico Aquaviário de da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

O aumento de movimentação no primeiro trimestre de 2023 foi marcado principalmente pelo mês de março. Neste período a movimentação foi de 104,5 milhões de toneladas, o que representa um aumento de 8,26% em comparação ao mesmo mês do ano anterior.

O destaque positivo no trimestre nas mercadorias foi para o minério de ferro que, ao longo deste período, movimentou 75,8 milhões de toneladas, representando um acréscimo de 1,48% em relação a 2022.

Outras cargas de destaque são o Milho que movimentou 8,9 milhões de toneladas (crescimento de 155,34%); Farelo de Soja com 4,5 milhões de toneladas movimentadas (aumento de 3,86%) e Petróleo (Óleo bruto), movimentação de 48,9 milhões de toneladas (variação positiva de 11,11%).

Tipos de Navegação

A navegação Interior movimentou 19,2 milhões de toneladas, o que representa uma variação positiva de 9,62%, em comparação a 2022. A navegação de Longo Curso, por sua vez, trouxe um crescimento de 1,6% com uma movimentação entre janeiro e março de 190,7 milhões de toneladas. Já a Cabotagem movimentou 68,9 milhões de toneladas, registrando leve queda de 0,09%.

Portos Organizados

Os portos organizados movimentaram 96,84 milhões de toneladas no primeiro trimestre de 2023, representando 0,2% de crescimento quando comparado ao mesmo período do ano anterior.



Porto de São Francisco do Sul - SC: foi o grande destaque dos portos públicos com 3,7 milhões de toneladas movimentadas, o que representa um crescimento de 24,53% em comparação ao primeiro trimestre de 2022. Porto de Santarém e Itaquí fecham o pódio com movimentações de 3,7 milhões (+22) e 7,2 milhões (+16,3) de toneladas movimentadas.

Portos autorizados

Os Terminais de Uso Privado (TUPs) movimentaram 182,638 milhões de toneladas entre janeiro e março de 2023, o que representa um crescimento de 2,42% em comparação a 2023.

Dentre as instalações portuárias com crescimento significativo destacam-se o Terminal de Tubarão-SC com 16,5 milhões de toneladas movimentadas e crescimento de 26,0%; o Terminal de Petróleo Tpet/Toil, localizado no Porto do Açu no Rio de Janeiro, com movimentação de 9,1 milhões de toneladas e crescimento de 61,1%; e, o Terminal Porto Sudeste do Brasil S/A – RJ, com 5,2 milhões de toneladas e crescimento de 31,1%. O terminal de contêineres da Portonave é o destaque nesse perfil de carga, com uma movimentação de 3,5 milhões de toneladas (ou 310.393 TEU) e crescimento de 20,2%.

Agronegócio

O setor agrícola movimentou 70,36 milhões de toneladas em março, representando um aumento de 5,35% em comparação ao mesmo período de 2022. Milho foi o produto que registrou o maior aumento de movimentação: ao todo, foram 8,9 milhões de toneladas movimentadas (alta de 155,34% quando comparado a março do ano anterior).

Outros produtos que registraram crescimento nesse período foram semente e frutos oleaginosos e óleo de soja. O primeiro movimentou 1,15 milhões de toneladas (+85,86%) e 736,5 mil toneladas (+45,67%).

Minerais

O setor portuário movimentou 93,97 milhões de toneladas de minerais em março de 2023. O número representa um acréscimo de 1,33% em comparação ao ano anterior. O crescimento foi puxado pelo aumento da movimentação do minério de ferro, que movimentou 75,83 milhões de toneladas (+1,48%) ao longo do mês.

Já a bauxita e Ferro e Aço apresentaram queda de 2,43% e 2,02%, com movimentação de 7,65 milhões de toneladas e 5,84 milhões de toneladas, respectivamente.

Painel Estatístico

De acordo com o diretor-geral da ANTAQ, Eduardo Nery, o painel estatístico é uma importante ferramenta de conhecimento do setor aquaviário da Agência.

“As análises e dados coletados, cujo estudos e coleta de dados são referência internacional, permitem que a agência forneça dados consolidados do setor aquaviário nacional. Também trazem um conhecimento aprofundado, permitindo uma atuação direta e assertiva por parte da ANTAQ nas diversas regiões brasileiras”, disse.

O Painel Estatístico da ANTAQ pode ser acessado via smartphones e tablets, disponível no site da Agência. Na consulta eletrônica podem ser checados dados de transporte de longo curso, cabotagem, vias interiores, além da movimentação portuária de contêineres.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antag.gov.br

Data: 10/05/2023

GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF

MAIO AMARELO - GOVERNO FEDERAL INCLUI SEGURANÇA VIÁRIA COMO CRITÉRIO PARA INVESTIMENTO PÚBLICO, DIZ SECRETÁRIO

Titular da Secretaria Nacional de Trânsito, Aduardo Catão participou da abertura da campanha Maio Amarelo em Maceió (AL)



Campanha é realizada pelo Ministério dos Transportes, por meio da Senatran - Foto: Divulgação/Detran-AL

A segurança viária em projetos de infraestrutura de transportes será um dos critérios para definição dos investimentos públicos, afirmou nesta terça-feira (9) o secretário nacional de Trânsito do Ministério dos Transportes, Aduardo Catão, que participou da abertura da campanha Maio Amarelo 2023 em Maceió (AL).

Com o tema "No trânsito, escolha a vida", a campanha é realizada pelo Ministério dos Transportes, por meio da Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran), em parceria com o Observatório Nacional de Segurança Viária (ONSV), a Confederação Nacional do Transporte (CNT) e o Sistema Sest/Senat, além dos órgãos de trânsito federais, estaduais e municipais.

"No trânsito, a escolha a vida tem efeitos práticos na saúde, na educação e nos custos do país. Somos o 3º país que mais mata no trânsito no mundo, é uma realidade muito triste. Um dos princípios que o ministro Renan Filho vai usar para escolher o investimento será a segurança viária", disse Catão.

De acordo com o secretário, o mês de maio é uma oportunidade para que todos possam refletir sobre a forma como se comportam no trânsito e a necessidade de investir em políticas públicas voltadas para a segurança viária. Neste período, Catão estará nas cinco regiões do país para fomentar a importância da redução de óbitos e acidentes nas rodovias e conscientizar a população.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 10/05/2023

ORDENS DE SERVIÇO PERMITEM RECUPERAÇÃO DE CERCA DE 300 QUILOMETROS NA BR-364-MT



Ministro Renan Filho assinou a autorização para a retomada de dois contratos diferentes entre Alto Graças (MT) e a divisa Sul de Goiás e entre Comodoro e Sapezal, no Oeste do Mato Grosso

Estão garantidos cerca de R\$ 176 milhões para obras que estavam paralisadas na BR-364/MT - Foto: Vosmar Rosa/MT

Duas ordens de serviço assinadas nesta terça-feira (9) pelo Governo Federal, por meio do Ministério dos Transportes, permitirão restauração e manutenção em

296 quilômetros da BR-364/MT, rodovia importante para o escoamento da produção agrícola das regiões Norte e Centro-Oeste do país pelos portos do litoral Sudeste.

Com as autorizações, ficam garantidos cerca de R\$ 176 milhões em investimentos públicos para a retomada de obras que estavam paralisadas desde 2017 em dois segmentos da rodovia. As obras serão realizadas pelas equipes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Entre Alto Graças, cidade no Sul do estado, e a divisa de Goiás as intervenções prévias envolvem regularização do trecho, serviços de reciclagem, reforço estrutural e drenagem superficial. As obras vão do km 86,5 ao km 112,9 da BR-364/MT, contemplando um total de 26,4 quilômetros, e terão investimentos de R\$ 61 milhões.

Crema

Já para recuperar a rodovia entre Comodoro e Sapezal, será retomado um contrato de restauração e manutenção (Crema), que prevê uma restauração mais completa da rodovia, com retirada do asfalto e até intervenções abaixo dele. São 270,5 quilômetros de obras, entre o km 994,8 e o km 1265,3 da rodovia.

Com o investimento de R\$ 115,1 milhões serão feitos serviços de recuperação/manutenção do pavimento das pistas de rolamento, serviços de fresagem e recuperação profunda, revitalizando todo o segmento.

As duas obras foram contratadas em 2017 e estavam paralisadas por falta de recursos. “Uma rodovia sem manutenção por falta de recursos significa atraso para as pessoas e para a própria economia do estado, que é um importante produtor de grãos”, afirmou o ministro dos Transportes, Renan Filho, durante a assinatura da ordem de serviço.

*Com informações da Coordenação-Geral de Comunicação do DNIT

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 10/05/2023

RENOVAÇÃO DE PASSARELAS NA BR-101/PE GARANTE MAIS SEGURANÇA AO TRÁFEGO NO NORTE DE PERNAMBUCO

Projeto incluiu substituição do estaiamento das estruturas e medidas de acessibilidade. Investimento foi de R\$ 4,7 milhões



Marcos da engenharia e arquitetura regionais, estruturas tiveram beleza original e características estruturais e funcionais preservadas - Foto: DNIT/Divulgação

As passarelas Santista e Leon Heimer, situadas na BR-101/PE, na Região Metropolitana do Recife (PE), foram totalmente renovadas pelo Governo Federal, por meio do Ministério dos Transportes. A medida, que teve investimento de R\$ 4,7 milhões, trará benefícios diretos para os pedestres que as utilizam para atravessar a rodovia, além de garantir maior segurança para o tráfego de veículos.

Ambas as estruturas, sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), passaram por serviços de reabilitação, com a substituição do estaiamento, reparos profundos para recompor seções com armaduras expostas e oxidadas, substituição dos aparelhos de apoio e recomposição das juntas entre as rampas e o trecho central.



O projeto de reabilitação incluiu, ainda, medidas para garantir a acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida, bem como a melhoria da fluidez para o trânsito. Com isso, evita-se paradas ou interrupções de fluxo, o que beneficia tanto motoristas quanto passageiros e outros usuários da via.

Iniciativa

As intervenções fazem parte do Programa de Manutenção e Reabilitação de Estruturas – Proarte, responsável pelo gerenciamento de serviços de manutenção e de reabilitação em obras de arte especiais (OAEs) – pontes, túneis, viadutos, passarelas e estruturas de contenção – que integram a malha rodoviária federal em todo o país.

No caso das passarelas pernambucanas, as estruturas são marcos importantes da engenharia e arquitetura regionais, sendo preservadas em sua beleza original e características estruturais e funcionais, prestando serviços à comunidade local. Essas melhorias, tornam-se ainda mais importantes para a mobilidade urbana e para o patrimônio histórico e cultural da região.

Com informações da Coordenação-Geral de Comunicação do DNIT

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 10/05/2023



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – O HIDROGÊNIO VERDE E A JORNADA BRASILEIRA

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A parceria firmada entre o Porto do Pecém, no Ceará, e 13 instituições de cinco países para acelerar projetos de inovação em hidrogênio verde é uma excelente notícia. O hidrogênio verde é uma fonte de energia limpa e renovável, capaz de substituir os combustíveis fósseis e reduzir a emissão de gases de efeito estufa. O Brasil, que possui um grande potencial de geração de energia limpa e renovável, pode desempenhar um papel fundamental nessa cadeia, especialmente em relação ao hidrogênio verde.

As parcerias entre países e autoridades para fomentar a cadeia do hidrogênio verde são extremamente importantes, pois a transição para uma economia de baixo carbono não é uma tarefa fácil e requer investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação. Além disso, a cadeia do hidrogênio verde envolve diversos atores, desde a produção até o consumo, e a cooperação internacional é fundamental para viabilizar essa transição.

O Brasil tem um grande potencial para se tornar um dos líderes mundiais na produção de hidrogênio verde. Possui uma matriz energética diversificada, com destaque para a geração de energia renovável, como a eólica, a solar e a hidrelétrica. Além disso, o País é um dos maiores produtores de biocombustíveis do mundo, o que pode ser um diferencial na produção de hidrogênio verde.

No entanto, para que o Brasil possa desempenhar um papel relevante na cadeia do hidrogênio verde, é necessário investir em pesquisa, desenvolvimento e inovação, bem como em infraestrutura. A nação precisa desenvolver tecnologias para a produção, armazenamento e distribuição do hidrogênio verde, além de investir em infraestrutura para a produção e exportação do produto.

A parceria firmada pelo Porto do Pecém é um passo importante nessa direção. A iniciativa envolve instituições de cinco países e tem como objetivo acelerar projetos de inovação em hidrogênio verde. Essa cooperação internacional pode contribuir significativamente para o desenvolvimento da cadeia do hidrogênio verde no Brasil, bem como para a redução das emissões de gases de efeito estufa.

Em resumo, as parcerias entre países e autoridades para fomentar a cadeia do hidrogênio verde são extremamente importantes para viabilizar a transição para uma economia de baixo carbono. O Brasil



possui um grande potencial para se tornar um dos líderes mundiais na produção de hidrogênio verde e a cooperação internacional pode contribuir significativamente para o desenvolvimento dessa cadeia no país.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 10/05/2023

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

ELEIÇÃO 1

O Instituto Brasileiro de Logística (IBL), órgão técnico de apoio à Frente Parlamentar Mista de Infraestrutura e Logística (Frenlogi), do Congresso Nacional, fará uma assembleia amanhã, dia 11, às 15 horas, para a eleição de sua nova diretoria. Apenas uma chapa se inscreveu - o prazo para o registro terminou nessa segunda-feira, dia 8. Ela tem o diretor-executivo do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp), Ricardo Molitzas, como candidato a presidente, e o presidente da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), Jesualdo da Silva, como vice.

ELEIÇÃO 2

Molitzas e Jesualdo integram a atual diretoria, atuando como integrantes do Conselho Gestor.

TRANSIÇÃO 1

A diretora comercial do Complexo Industrial e Portuário de Pecém (Cipp), Duna Uribe, deixará seu cargo ainda neste mês, retornando para a Autoridade Portuária de Roterdã, nos Países Baixos. Após quatro anos na função, ela destaca que sua “missão aqui está cumprida”. Mas, mesmo a distância, continuará ajudando para o crescimento do complexo marítimo. afirmou.

TRANSIÇÃO 2

Na diretoria de Pecém, Duna era uma das representantes do Porto de Roterdã no complexo brasileiro - que tem a autoridade portuária europeia como uma de suas acionistas. A diretora ainda não sabe que função irá realizar na administração de Roterdã.

TRANSIÇÃO 3

Foi durante a gestão no comercial de Pecém - nos mandatos de Danilo Serpa e no atual, de Hugo Figueiredo - que o porto bateu recordes consecutivos de movimentação de cargas. E foi nesse período que foi elaborado o hub de hidrogênio.

FERROVIA

As cidades da Região Metropolitana de Salvador e demais municípios da Bahia preparam a instalação de um trem para atender a população. O veículo deverá ter uma demanda anual de 21 milhões a 28 milhões de passageiros, ou seja, 78 mil por dia. O projeto ainda será debatido com representantes do Governo Federal.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 10/05/2023

NACIONAL - RELATOR DO ARCABOUÇO FISCAL DIZ QUE ESTÁ ANALISANDO OS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA

Claudio Cajado avalia pedidos dos ministros para não limitar despesas do setor no texto do relatório que será apresentado à Câmara

Por **MARÍLIA SENA** marilia@portalbenews.com.br

O relator do arcabouço fiscal na Câmara dos Deputados, Claudio Cajado (PP-BA), afirmou ontem (9) que está analisando os pedidos dos ministros de Infraestrutura (Transportes e Portos e Aeroportos)

para não limitar as despesas do setor no texto do relatório que será apresentado à Câmara amanhã (11).

“É um pedido deles, vamos analisar. Outras pastas também precisam de investimentos, como a cultura, ciência e tecnologia, por exemplo”, disse o relator.



Claudio Cajado não deu detalhes sobre as mudanças que vai propor no texto, mas afirmou que o novo marco fiscal deve fazer a taxa Selic cair para um dígito Crédito: Divulgação/Câmara dos Deputados

O ministro dos Transportes, Renan Filho, enfatizou em declarações à imprensa e a parlamentares que o novo arcabouço fiscal precisa garantir ao Brasil as condições de investimento. “Não dá para investir sem sustentação, mas na discussão do novo marco fiscal vamos ter que discutir se o que estávamos fazendo estava errado ou não”, disse.

Na ocasião, Renan disse que o orçamento do Ministério da Infraestrutura deixado para este ano pelo governo anterior era de R\$ 5 bilhões, atrás de R\$ 45 bilhões no ano de 2012. O valor para 2023 foi revertido para R\$ 21 bilhões através da aprovação da PEC da Transição.

Claudio Cajado participou de uma série de reuniões ontem para articular a aprovação do arcabouço fiscal. Com a entrega do relatório prevista para amanhã, a expectativa é de que a votação fique para a próxima terça-feira (16).

O relator não deu detalhes sobre as mudanças que vai propor no texto, mas afirmou que o novo marco fiscal deve fazer a taxa básica de juros, a Selic, cair para um dígito. “A política monetária vai ter que fazer com que os juros caiam, e eu acredito a um patamar de um dígito” disse. O percentual dos juros foi mantido pelo Banco Central a 13,75% ao ano no início do mês de maio.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/05/2023

REGIÃO SUDESTE - GOVERNO DE SP DISCUTE DESENVOLVIMENTO PORTUÁRIO E INFRAESTRUTURA COM OS PAÍSES BAIXOS

Governador Tarcísio de Freitas recebeu o primeiro-ministro Mark Rutte no Palácio dos Bandeirantes
Por Cássio Lyra redacao@portalbenews.com.br



Entre as áreas discutidas entre os governos de SP e dos Países Baixos se destacaram tecnologia e inovação, desenvolvimento portuário, agricultura, infraestrutura e logística Fotos: Divulgação/Governo de São Paulo

O governador de São Paulo Tarcísio de Freitas (Republicanos) recebeu a visita do primeiro-ministro dos Países Baixos, Mark Rutte, e de uma grande comitiva de empresários holandeses na última segunda-feira (8). Em dois encontros, ambos realizados no Palácio dos Bandeirantes, foram discutidos temas para fortalecer a cooperação entre o Estado e o país europeu.

Tarcísio apresentou ao primeiro-ministro o Programa de Parcerias e Investimentos de São Paulo (PPI-SP), destacando os projetos de infraestrutura, Parcerias Público-Privadas (PPPs) e concessões que vão alavancar o estado de São Paulo.

Entre as áreas discutidas visando uma cooperação forte entre os governos, se destacaram tecnologia e inovação, desenvolvimento portuário, agricultura, infraestrutura e logística.

“Temos um potencial enorme para cooperação. O estado de São Paulo é a locomotiva do Brasil e temos vários campos de atuação que permitem essa colaboração. Que este seja o primeiro de muitos encontros para que possamos sempre estabelecer laços mais fortes e promover o desenvolvimento do Brasil e dos Países Baixos”, ressaltou o governador.

Dezenas de empresas holandesas já se fazem presentes no estado de São Paulo e a colaboração, troca de experiências e conhecimentos representam oportunidades para todos.

“Apenas podemos superar grandes mudanças globais se fizermos isso juntos. Particularmente em situações como a mudança climática, podemos ver oportunidades em sustentabilidade, logística e infraestrutura. O estado de São Paulo tem uma agenda muito ambiciosa e nós podemos aprender, ajudar e trabalhar juntos”, afirmou o primeiro-ministro dos Países Baixos, Mark Rutte.

Além de Tarcísio, participaram dos encontros o vice-governador, Felício Ramuth, e os secretários estaduais de Parceria em Investimentos, Rafael Benini, Ciência, Tecnologia e Inovação, Vahan Agopyan, Negócios Internacionais, Lucas Ferraz, e o secretário-chefe da Casa Civil, Arthur Lima.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 10/05/2023

REGIÃO SUDESTE - RECEITA IMPEDE EMBARQUE DE 503 KG DE COCAÍNA NO PORTO DE SANTOS

Segundo as autoridades, droga estava escondida em um carregamento de café

Por **CÁSSIO LYRA** redacao@portalbenews.com.br



A cocaína estava escondida em uma carga de mais de 100 toneladas de café, que tinha como destino a Suécia, mas faria antes uma baldeação em Hamburgo, na Alemanha Crédito: Divulgação/Receita Federal

Equipes da Receita Federal interceptaram a tentativa de envio de cocaína através do Porto de Santos na manhã de ontem (9). Segundo as autoridades, os 503 kg da droga tinham a Europa como destino. Ninguém foi preso.

A localização do entorpecente ocorreu durante a execução de trabalhos de rotina de vigilância e repressão aduaneiras realizados por equipes da Alfândega de Santos. Para a seleção de cargas são utilizados critérios objetivos de gerenciamento e análise de risco, bem como a inspeção por imagens de escâner.

Ainda de acordo com o órgão federal, a droga estava escondida em um carregamento de mais de 100 toneladas de café, que estava acondicionada em cinco contêineres. Segundo as autoridades, a carga tinha como destino a Suécia, mas antes faria uma baldeação no porto de Hamburgo, na Alemanha.

Durante a ação de fiscalização aduaneira foi identificada a contaminação de um dos contêineres, o que obrigou o descarregamento de mais de 20 toneladas de café para acessar os pacotes contendo cocaína.

Após a confirmação da contaminação, a Polícia Federal foi acionada para os procedimentos de polícia judiciária e para realizar a perícia no local dos fatos. O entorpecente apreendido foi levado

para a delegacia da PF, em Santos. As investigações prosseguem sob abertura de inquérito policial a partir de informações obtidas pela Receita.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/05/2023

REGIÃO SUL - AUTORIDADE PORTUÁRIA CONCLUI DRAGAGEM DE DOIS BERÇOS EM SÃO FRANCISCO DO SUL

Manutenção da profundidade ocorreu nos berços 301 e 302, do Terminal Santa Catarina

Por CÁSSIO LYRA redacao@portalbenews.com.br



O serviço foi realizado pela draga Optimus, de bandeira russa, e consistiu na manutenção da profundidade dos berços 301 e 302 do Terminal Santa Catarina (Tesc) Crédito: Divulgação/SCPAR São Francisco do Sul

SEGUNDO A SCPAR, FORAM DRAGADOS APROXIMADAMENTE 100 MIL METROS CÚBICOS DE SEDIMENTOS, O QUE EQUIVALE À CAPACIDADE DE TRANSPORTE DE 2 MIL CAMINHÕES TRUCADOS

A Autoridade Portuária gestora do Porto de São Francisco do Sul, em Santa Catarina, concluiu, no último mês de abril, o processo de dragagem em dois berços. De acordo com a SCPAR São Francisco do Sul, a profundidade visa manter eficiência e segurança de navegação no complexo portuário do Norte catarinense.

Segundo a Autoridade Portuária, o serviço foi realizado pela draga Optimus, de bandeira da Rússia, e consistiu na manutenção da profundidade dos berços 301 e 302 do Terminal Santa Catarina (Tesc), área que está arrendada há mais de duas décadas no porto. Ao todo, o Porto de São Francisco do Sul conta com sete berços.

De acordo com a SCPAR, foram dragados aproximadamente 100 mil metros cúbicos de sedimentos, o que é equivalente à capacidade de transporte de 2 mil caminhões trucados.

O objetivo principal do serviço da dragagem foi manter a profundidade de 14 metros no Berço 301 e de 12 metros no Berço 302, fundamental para a segurança nas atracações de navios com calado de até 12,80 metros, no primeiro berço, e 11 metros, no segundo.

A contratação da draga foi efetuada pelo Tesc, que também arcou com os custos da obra, segundo a companhia.

A embarcação Optimus é a mesma que foi utilizada no alargamento da Praia dos Ingleses, na Capital Florianópolis, no mês de março, pouco antes de começar os trabalhos de dragagem no Porto de São Francisco do Sul.

A dragagem consiste na remoção de sedimentos e materiais depositados no fundo do mar, para aumentar a profundidade e melhorar as condições de navegabilidade e garantir a capacidade operacional dos portos.

Além de melhorar a navegabilidade, conforme explicou a Autoridade Portuária, a dragagem periódica no Porto de São Francisco do Sul pode ser considerada um investimento, pois aumenta a sua capacidade de operação, atraindo mais investimentos e gerando mais empregos e renda para a comunidade da região.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/05/2023

NACIONAL – SANTOS EXPORT 15 E 16 DE MAIO – BLUS MED CONVENTION CENTER – SANTOS – SP

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

InfraJUR
Encontro Nacional de
Direito de Logística,
Infraestrutura e Transportes

SANTOS EXPORT 2023
15 e 16 de maio
Blue Med Convention Center - Santos - SP

#confirmado
InfraJUR - Encontro Nacional
de Direito de Logística,
Infraestrutura e Transportes

André Mendonça
Ministro do Supremo
Tribunal Federal

Transmissão ao vivo e gratuita
pelo Portal BE News

BE NEWS

Saiba mais em:
forumbrasilexport.com.br



Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/05/2023

REGIÃO NORDESTE - GOVERNO DE PERNAMBUCO GARANTE AÇÕES EM DEFESA DE RAMAL DA TRANSNORDESTINA

O trecho Salgueiro-Suape foi retirado do projeto no final do ano passado, após a concessionária alegar inviabilidade econômica

Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br

O Governo do Estado de Pernambuco afirmou que está comprometido com a construção do traçado completo da Ferrovia Transnordestina, que inclui o ramal Salgueiro – Suape (PE).

A garantia foi dada pelo secretário de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, Guilherme Cavalcanti, ao responder perguntas formuladas pelo colegiado que participou da reunião da Frente Parlamentar em Defesa da Transnordestina, na última segunda-feira (8).



No projeto da Ferrovia do Sertão consta que os trilhos sairão de Curral Novo (PI) com destino ao Porto de Suape, num trajeto de 717 quilômetros Crédito: Ascom/Minfra/Arquivo

O trecho Salgueiro-Suape foi retirado do projeto em 23 de dezembro do ano passado, após a assinatura de um aditivo no contrato firmado entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a empresa privada Transnordestina Logística SA, do Grupo CSN, responsável pela obra da ferrovia. Inviabilidade econômica foi o motivo alegado para a exclusão do

trecho que teria 520 km.

Guilherme Cavalcanti acredita que há interesse do Governo Federal em manter Suape no projeto, e espera para os próximos meses a formulação de um novo modelo que permita a retomada das obras.

“Nós estamos fazendo uma defesa irredutível do trecho que liga Salgueiro ao Porto de Suape. Temos ciência de todos os caminhos e possibilidades e vamos agora defender aquilo que é melhor para o estado de Pernambuco”, informou o secretário.

Ele disse estar convicto de que “muito em breve” será anunciada a retomada de uma estratégia ferroviária para todo o país.

Cavalcanti esclareceu também que o estudo de viabilidade da obra usado para embasar a mudança de traçado não aponta necessariamente para a exclusão do eixo até Suape. Segundo ele, a decisão foi uma dentre as várias possibilidades apontadas no documento, que analisava a viabilidade do empreendimento do ponto de vista do parceiro privado.

A pasta entende ainda que não há necessidade de manter a construção paralisada até o fim da apuração de possíveis irregularidades no que já foi executado da obra. Essa apuração vem sendo realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Andamento das obras

Segundo o mapa de execução dos trabalhos apresentado durante a reunião, a obra está concluída até Custódia (Sertão do Moxotó), e o túnel de passagem no município de Salgueiro (Sertão Central) também foi escavado. O orçamento estimado para implantar a linha até Suape é de aproximadamente R\$ 5 bilhões.

O deputado João Paulo (PT), coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Transnordestina, afirmou também que pretende debater o tema na assembleia junto com a bancada federal pernambucana, na próxima segunda-feira (15).

O encontro desta semana (8) contou com a participação de representantes sindicais de petroleiros, ferroviários e metroviários e do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA-PE).

“Esta reunião já trouxe grandes esclarecimentos. Acho que fechamos, hoje (8), uma grande unidade do Parlamento com o Governo do Estado na defesa da Transnordestina”, disse o parlamentar logo após o encontro.

João Paulo também anunciou que a Frente deve se deslocar para Salgueiro, onde os parlamentares devem fazer uma audiência pública para ouvir demandas da região relacionadas à ferrovia.

Aditivo

O aditivo assinado ano passado adequou os investimentos obrigatórios para o novo traçado, os respectivos prazos para conclusão e penalidades em caso de descumprimento das obrigações acertadas.

A intenção foi destravar as obras da ferrovia, iniciadas em 2006 para serem concluídas em 2012, o que não aconteceu devido a diversas paralisações jurídicas e falta de recursos.



O secretário de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, Guilherme Cavalcanti, participou de reunião com a Frente Parlamentar em Defesa da Transnordestina

Em 2019, a CSN retomou os trabalhos em alguns trechos da ferrovia, que estava, até então, com 55% das obras concluídas, segundo a empresa.

Piauí-Suape

Já o Porto de Suape informou, após a exclusão do ramal, que vê na Ferrovia do Sertão, viabilizada com a futura instalação de um terminal de granéis sólidos minerais pela Planalto Piauí, uma solução ao trajeto da Transnordestina que chegaria ao complexo portuário vindo desse estado.

No projeto da Ferrovia do Sertão consta que os trilhos sairão de Curral Novo (PI) com destino ao porto, num trajeto de 717

quilômetros.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 10/05/2023

REGIÃO NORDESTE - PECÉM FECHA PARCERIA PARA ACELERAR PROJETOS DE HIDROGÊNIO VERDE

Acordo foi feito com 13 instituições de cinco países em uma das principais feiras do combustível do mundo, nos Países Baixos

Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa@portalbenews.com.br



A carta de intenção foi assinada no primeiro dia de atividades da World Hydrogen 2023, que segue até amanhã, nos Países Baixos Crédito: Divulgação/Complexo do Pecém

O Porto do Pecém (CE) assinou ontem (9) uma parceria com 13 instituições de cinco países com o intuito de acelerar os projetos de inovação em hidrogênio verde.

Durante um ano, essas instituições, compostas por universidades, hubs de inovação e portos, trabalharão em conjunto buscando soluções inovadoras para a

cadeia de hidrogênio verde.

A iniciativa é da holandesa Platform Zero, um hub físico e digital voltado a projetos relacionados ao clima e novas energias. Além do Brasil, fazem parte do acordo a Austrália, Chile, Países Baixos, Portugal e Reino Unido.

A carta de intenção foi assinada no primeiro dia de atividades da World Hydrogen 2023, uma das principais feiras de hidrogênio do mundo, que segue até amanhã (11), nos Países Baixos.

São esperados 8 mil visitantes entre tomadores de decisão, ministros de energia e CEOs de mais de 100 países. O evento é considerado o trampolim global oficial para negócios de hidrogênio e desenvolvimentos de projetos, onde ações reais são exibidas para inspirar e motivar o resto do mundo.

Além de Hugo Figueirêdo, presidente do porto cearense, estiveram presentes Eduardo Neves, presidente da Zona de Processamento de Exportação do Ceará (ZPE-CE); Salmite Filho, secretário de desenvolvimento Econômico do Ceará; Joaquim Rolim, secretário executivo da Indústria; e Danilo Serpa, presidente da Agência de Desenvolvimento Econômico do Ceará.

Outra parceria

Hoje (10), o Porto do Pecém e o Porto de Roterdã, na Holanda, vão firmar uma parceria para implantar um corredor de hidrogênio verde.

O projeto prevê que o combustível exportado pelo complexo cearense seja enviado diretamente para o porto holandês e, dali, distribuído para toda a Europa.

O acordo terá a participação do primeiro-ministro holandês Mark Rutte, que está no Ceará, e de dirigentes de Pecém.

Atualmente, o Ceará tem 24 memorandos de entendimento relacionados com o hidrogênio verde, sua produção, exploração e transporte. Três deles já encontram-se em fase de pré-contrato, com áreas reservadas para a implantação de seus empreendimentos na zona de processamento de exportação (ZPE) do Porto de Pecém.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/05/2023

REGIÃO NORDESTE - PORTO DO RECIFE CONCLUI OPERAÇÃO INÉDITA DE EXPORTAÇÃO DE ETANOL

Ao todo, foram realizados cinco embarques, totalizando mais de 8 milhões de litros do combustível
Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa@portalbenews.com.br



Os mais de 8 milhões de litros exportados via Porto do Recife seguiram com destino a Cuba, República Dominicana e Nigéria Crédito: Divulgação/Agemar

O Porto do Recife (PE) concluiu na semana passada uma operação inédita de exportação de álcool (etanol) do Grupo JB, iniciada em outubro de 2022.

Ao todo, foram realizados nesta safra (22/23), cinco embarques que contabilizaram mais de 8 milhões de litros que seguiram com destino a Cuba, República Dominicana e Nigéria. Só na última operação, foram

exportados 1,98 milhão de litros de etanol. Esta foi a primeira vez que esse tipo de carga foi embarcado pelo porto da capital pernambucana.

As indústrias produtoras de álcool do Grupo JB estão localizadas no Espírito Santo e em Pernambuco. Até a safra anterior, a empresa exportava sua carga pelo Porto de Vitória, mas, por questões logísticas, decidiu operar por Recife.

“Essa operação amplia o leque de oportunidades de negócios para o Porto do Recife, uma vez que outras destilarias podem se sentir atraídas pela inovação logística que esse modelo do Grupo JB abre para todos”, afirma Tiago Almeida, diretor executivo de operações portuárias da Agemar, empresa responsável pela operacionalização do embarque da carga.

A Agemar atua como operadora portuária há 40 anos e possui experiência no embarque e desembarque das mais diversas cargas como bobinas de aço, trigo, barrilha e milho no Porto do Recife, além de coque de petróleo e clínquer, no Porto de Suape.

Expansão

O Porto do Recife já esperava atrair novos negócios, já que em abril do ano passado concluiu o seu último trabalho de aprofundamento do acesso aquaviário do complexo. As estimativas apontam um incremento de 25% nas movimentações de carga e a possibilidade de atração de novos players.

O relatório da batimetria após a obra indicou que as cotas de dragagem atingidas foram: do berço 00 ao 01, chegou aos 10 metros; do berço 02 ao 06, atingiu os 11 metros; e do trecho do berço 07 ao 09 chegou aos 8 metros. Os trechos mencionados poderão chegar às profundidades máximas, na maré alta, de 12,60m, 13,60m e 10,6m respectivamente.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

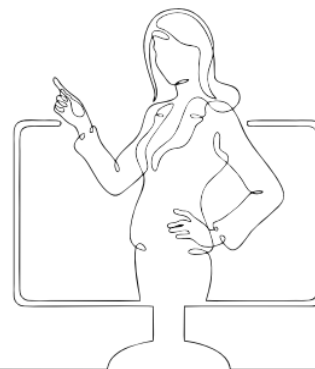
Data: 10/05/2023

OPINIÃO – ARTIGOS - IMPORTÂNCIA DA REGULAMENTAÇÃO DA IA



PAULA KATARINA DE FREITAS FERREIRA

Advogada dos Órgãos Gestores de Mão de Obra (Ogmos) de Recife e Suape, integrante do Comitê Jurídico da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop) e conselheira jurídica do Brasil Export
opinio@portalbenews.com.br



Tema hodierno e complexo é a regulamentação da IA (Inteligência Artificial), sendo palco de debates nos principais países do mundo, tendo em vista a sua importância.

Discute-se, no Congresso Nacional, 3 (três) Projetos de Lei (PL nº 5051/2019; PL nº 21/2020 e PL nº 872/2021) que buscam estabelecer fundamentos, princípios e diretrizes para o desenvolvimento e a aplicação da inteligência artificial no Brasil. O principal deles é o PL nº 21/2020, de autoria do Deputado Federal Eduardo Bismarck – PDT/CE, tramitando, atualmente, no Senado Federal.

A IA está presente em diversos setores e segmentos, impactando de forma significativa as nossas vidas. Inobstante os inúmeros benefícios trazidos, não podemos deixar de ressaltar os riscos e as consequências que o mau uso dessa tecnologia pode trazer, necessitando de uma regulamentação urgente.

No âmbito jurídico, recentemente nos deparamos com a notícia de um advogado sendo multado pelo Ministro Benedito Gonçalves, do Tribunal Superior Eleitoral, depois de protocolar uma petição redigida com argumentos trazidos pelo programa de IA, ChatGPT, em Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE- 0600814-85.2022.6.00.0000).

Destacou o Ministro, em sua Decisão, a “fábula” apresentada ao Juízo, “... causa espécie que o instituto, que exige que o terceiro demonstre ostentar representatividade adequada em temas específicos, tenha sido manejado por pessoa que afirma explicitamente não ter contribuição pessoal a dar e, assim, submete ao juízo uma “fábula”, resultante de “conversa” com uma inteligência artificial”.

Em contrapartida, o referido advogado que foi multado pelo TSE apresentou um Procedimento de Controle Administrativo (PCA nº 0000416-89.2023.2.00.0000), com Pedido Liminar, ao CNJ (Conselho Nacional de Justiça), para que fosse proibida a utilização da ferramenta da IA pelo Judiciário na fundamentação de suas decisões. O Relator Conselheiro do CNJ, João Paulo



Schoucair, negou o deferimento da Liminar, não encontrando indícios de que o ChatGPT tenha sido usado no âmbito do Poder Judiciário, porém, diante da temática, determinou seu encaminhamento à Comissão de Tecnologia da Informação e Inovação para avaliação e emissão de parecer.

A Comissão Europeia para a Eficácia da Justiça elaborou uma Carta de Ética referente ao Uso da IA em Sistemas Judiciais. “Nela, questões como não discriminação, direitos fundamentais das pessoas e qualidade sobre a segurança dos dados são avaliadas. Dessa forma, dispositivos semelhantes também poderiam ser pensados em outras esferas, para evitar implicações negativas no uso dessa tecnologia”, disse Natália Piasentin, Secretária-Geral da Comissão de Direito Digital, Tecnologias Disruptivas e Startups da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Distrito Federal (OAB-DF).

A Itália proibiu o ChatGPT no fim de março deste ano, acusando a ferramenta de não respeitar a legislação sobre dados pessoais e de não dispor de um sistema de verificação etária para os usuários menores de idade.

O Chat GPT é um algoritmo baseado em IA, desenvolvido a partir de redes neurais, criado por um laboratório de pesquisas em IA dos EUA (OpenAI) que responde perguntas, utilizando uma linguagem muito próxima a do ser humano, e realiza tarefas por escrito, elaborando teses, artigos, redações, códigos de programação, músicas.

Diante do impacto da tecnologia na segurança nacional e na educação, o governo federal dos EUA anunciou, no último dia 4, investimentos de US\$ 140 milhões em novos centros de estudo de IA, além de ter realizado audiências públicas com estudiosos e empresários da área sobre o tema, publicou a Folha de São Paulo.

É inegável as melhorias trazidas pela IA ao nosso cotidiano, seja na medicina; no agronegócio; na logística; no trânsito das cidades etc. Essa tecnologia pode duplicar as taxas de crescimento econômico anual até 2035, aumentando a produtividade e otimizando o tempo, diz pesquisa da empresa de consultoria Accenture.

No entanto, a utilização dessa tecnologia, sem qualquer regulamentação, pode trazer riscos como: erros de concepção; violação de direitos fundamentais, ética e segurança digital; impactos no mercado de trabalho, entre outros.

O texto original da PL nº 21/2020 é inspirado na Recomendação da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), recomendando aos aderentes que promovam e implementem os “princípios éticos para a administração responsável de IA”.

As ações acima demonstram a necessidade de se acelerar os debates e estudos sobre IA, vez que esta já se encontra inserida em nosso dia a dia, passando por transformações constantes.

Assim, necessitamos da adoção de políticas que regulamentem o uso da IA nos mais diversos setores, respeitando-se os princípios estabelecidos internacionalmente; a ética; a segurança nacional; os direitos autorais; e a proteção de dados, com gerenciamento de riscos, definindo-se direitos e deveres, ao mesmo tempo em que se estabeleçam formas de incentivo e pesquisa para a evolução tecnológica e inserção destas ferramentas em nossas atividades, sem a criação de entraves desnecessários que impeçam a inovação e o avanço tecnológico inerente a IA.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/05/2023





FENOP REALIZA MAIS UMA EDIÇÃO DO ENAPORT E CONOGMO

Informações: IBL (10 de maio de 2023)

Entidade mantenedora do IBL traz novidades em importantes eventos do setor, que acontecem entre 31 de maio e 2 de junho, em Brasília.

A Federação Nacional de Operações Portuárias – FENOP realiza nos próximos dias 31 de maio, 1º e 2 de junho, em Brasília, o VIII Encontro Nacional das Atividades de Operações Portuárias (ENAPORT) e o XI Congresso Nacional dos OGMOs (CONOGMO).

Além de uma vasta programação cheia de especialistas do setor portuário, a entidade trará a novidade de realizar a Conferência Nacional Permanente FENOP de Direito Portuário, também entre as datas. O encontro já tem presenças confirmadas do Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Fabrício Pierdomênico, além de diversos ministros do Tribunal Superior do Trabalho, entre eles: Alexandre Ramos, Agra Belmonte, Breno Medeiros, Caputo Bastos e Ives Granda.

O evento ocorrerá no Centro Cultura Brasil 21, Sala Vera Cruz, e as inscrições estão abertas, com vagas limitadas.

Acesse o link e inscreva-se:

<https://encr.pw/inscricoes-enaport-conogmo>

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 10/05/2023

MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS NOS PORTOS BRASILEIROS CRESCE 1,64% NO 1º TRIMESTRE, DIZ ANTAQ

Informações: CNN Brasil (10 de maio de 2023)

A movimentação de cargas nos portos brasileiros cresceu 1,64% no primeiro trimestre de 2022, em comparação com o mesmo período do ano passado, segundo a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Foram movimentadas 279,5 milhões de toneladas em mercadorias pelos portos entre janeiro e março. Quase um terço disso refere-se ao transporte de minério.

Outras cargas de destaque no primeiro trimestre foram o milho, que movimentou 8,9 milhões de toneladas (crescimento de 155%); farelo de soja, com 4,5 milhões de toneladas movimentadas (aumento de 4%); e petróleo, com 48,9 milhões de toneladas (alta de 11%).

Para o diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, a tendência é positiva. “A agência vem concentrando esforços na condução das licitações para arrendamentos e concessões portuárias”, disse Nery.

“Entendemos que os números apresentados pelo estatístico aquaviário de movimentação, tanto nos portos públicos quanto nos terminais de uso privado, são reflexos também desse trabalho”, acrescentou.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 10/05/2023

BRASIL EXPORTOU VOLUME RECORDE DE SOJA

Fonte: Agrolink (10 de maio de 2023)

Embora o Brasil tenha exportado volume recorde de soja de janeiro a abril deste ano, a oferta doméstica ainda esteve acima da demanda.

Segundo informações da análise agromensal do Cepea, a safra 2022/23 surpreendeu sojicultores nacionais, diante das produtividades recordes na maior parte das regiões brasileiras, com destaques para Matopiba e Mato Grosso, que, de acordo com a Conab (Companhia Nacional de

Abastecimento), compensaram com sobras as perdas registradas no Sul – a colheita da oleaginosa havia atingido 93,7% da área nacional até 29 de abril.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 10/05/2023

PRESIDENTE RICARDO BARBOSA CUMPRE AGENDAS EM BRASÍLIA EM PROL DO FUTURO DO PORTO DE CABEDELLO

Informações: Porto de Cabedelo (10 de maio de 2023)

O presidente da Companhia Docas da Paraíba (Docas-PB), Ricardo Barbosa, está em Brasília cumprindo uma importante série de agendas em prol do futuro, projetos e desenvolvimento do Porto de Cabedelo.

Na primeira reunião, ele se encontrou com o presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Leandro Grass, para discutir a revitalização da Fortaleza de Santa Catarina e o projeto executivo do Terminal Turístico. Além disso, foi debatido o processo de ampliação da área de operação da arrendatária portuária Navegantes Logística.

Barbosa esteve acompanhado pelo secretário da Representação Institucional, Adauo Fernandes, e pelo coordenador jurídico da Docas-PB, Felipe Moraes. A direção do Iphan foi receptiva às demandas apresentadas e a reunião foi considerada um sucesso.

Em seguida, o presidente se reuniu com o Secretário Nacional de Portos, Fabrizio Pierdomenico, e a Diretora de Novas Outorgas e Políticas Regulatórias Portuárias, Mariana Pescatori. O objetivo do encontro foi discutir os investimentos que estão sendo realizados no Porto de Cabedelo e a regularização dos contratos de arrendamentos dos terminais especializados em grãos.

O Governador João participou da reunião por telefone e as demandas apresentadas também foram muito bem recebidas. “O resultado é extremamente positivo para o futuro do Porto de Cabedelo. A Companhia Docas da Paraíba segue trabalhando em prol do desenvolvimento do porto e da economia local, sempre buscando soluções que atendam aos interesses de todas as partes envolvidas”, pontuou Barbosa.

O último compromisso desta segunda foi uma visita ao ministro da Defesa, José Múcio. De acordo com o diretor-presidente, o ministro confirmou presença no Nordeste Export, que acontecerá muito em breve na Paraíba.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 10/05/2023



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

CHOQUE DE OFERTA SE REFLETIRÁ NOS PREÇOS DO GÁS NATURAL, DIZ TOLMASQUIM

“Nossa intenção é sempre oferecer o melhor preço no mercado brasileiro”, afirma diretor da Petrobras

Por Gabriela Ruddy 10 de maio de 2023 Em Mercado de gás



Maurício Tolmasquim, diretor de Transição Energética da Petrobras, durante a OTC 2023, em Houston (Foto: Agência Petrobras)

RIO — O diretor executivo de Transição Energética da Petrobras, Maurício Tolmasquim, disse nesta quarta (10/5) que o Brasil passará nos próximos anos por um “choque positivo de oferta” de gás natural e que isso se refletirá nos preços da molécula. Segundo ele, a empresa buscará preços mais atrativos, ainda que haja limitações em se desvincular do alinhamento ao mercado internacional.

“O preço é determinado pela cotação internacional do produto, porque o gás é uma commodity, então a margem [para redução] não é tão grande, mas mesmo assim podemos ter uma estratégia para ganhar mercado”, afirmou o executivo.

Ele destacou que a Petrobras se adapta para trabalhar no atual ambiente de mercado, em competição com outros concorrentes, depois da abertura do setor nos últimos anos.

“Nossa intenção é sempre oferecer o melhor preço, um preço bom, no mercado brasileiro. A Petrobras quer estar sempre melhor do que os concorrentes, oferecendo um preço atrativo”, disse.

Tolmasquim participou do Seminário de Gás Natural do IBP, no Rio de Janeiro.

Mercado de gás natural para indústria

O executivo já havia afirmado que a companhia entende que o desenvolvimento do mercado industrial de gás natural é uma demanda da sociedade, e um caminho para transição energética. Por isso, a Petrobras avalia priorizar gás para a indústria.

O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, também sinalizou a intenção de rever a fórmula de preços do gás natural, para dar mais peso aos custos domésticos de produção na precificação da molécula do gás.

A Petrobras e o BNDES anunciaram a criação de comissão para discutir estratégias em comum.

Os contratos da Petrobras, para fornecimento de gás natural às distribuidoras estaduais, seguem uma fórmula de precificação atrelada à variação do petróleo (Brent) e taxa de câmbio.

A exposição aos preços internacionais foi ampliada desde o ano passado, nos novos contratos assinados pela Petrobras com as concessionárias de gás canalizado, sob a justificativa de que os custos de importação de gás natural liquefeito (GNL) aumentaram.

Para Tolmasquim, um dos desafios do mercado de gás é ter preços competitivos e o aumento da oferta nacional pode ter um impacto positivo sobre as cotações.

O que é o choque positivo de oferta?

Ele destacou que a Petrobras está envolvida em projetos que vão viabilizar a entrada de uma nova oferta de gás no mercado brasileiro, que ultrapassa 50 milhões de m³/dia. Considera a entrada em operação do Rota 3 (2024), desenvolvimento dos projetos do BM-C-33 (Pão de Açúcar, a partir de 2028), que teve a decisão final de investimento anunciada esta semana.

E os campos de águas profundas na bacia de Sergipe-Alagoas. Petrobras retomou esse ano a nova contratação das plataformas para o estado, que entram em operação a partir de 2027. “Vamos ter um choque positivo de oferta”, disse.

O BM-C-33 é um projeto operado pela Equinor, em sociedade também com a Repsol Sinopec.

Os novos projetos de gás vão ofertar um volume equivalente a cerca de metade da demanda nacional quando as usinas termelétricas estão em operação. Tolmasquim ressalva, contudo, que o novo volume vai compensar, em parte, a queda de produção de campos mais antigos.

“A Petrobras está fazendo todo o esforço para aumentar a oferta de gás”, afirmou.

O novo plano estratégico, para o período de 2024 a 2028, deve ser apresentado em novembro. O executivo ressaltou ainda que os investimentos da Petrobras em novas fontes na transição energética serão feitos por meio de parcerias. “Isso permite não apenas compartilhar o capex (investimentos), mas também riscos e experiências, aprender com quem sabe mais”, disse.

A respeito da venda da TBG, transportadora do gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol), o diretor afirmou que os desinvestimentos seguem congelados e que a alienação do ativo está em análise. “Por enquanto, não tem privatização”, concluiu. O próprio Jean Paul Prates já se posicionou contrário à venda do controle da TBG.

Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 10/05/2023

ANFAVEA DEFENDE EXPLORAÇÃO DE LÍTIO PARA INDÚSTRIA NACIONAL DE BATERIAS

Entidade que representa o setor automotivo entende que é preciso nacionalizar cadeia de produção de veículos elétricos

Por Millena Brasil 10 de maio de 2023 Em Congresso, Política energética, Transição energética



Vice-presidente da Anfavea, Luiz Carlos Gomes de Moraes (Foto: Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)

BRASÍLIA – A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) defendeu, nesta quarta (10/5), a exploração de lítio para a produção local de baterias para impulsionar o setor automobilístico no Brasil.

“Precisamos avançar na produção de baterias de lítio. Para isso é fundamental termos uma exploração com alta tecnologia e economicamente viável”, disse o vice-presidente da Anfavea, Luiz Carlos Gomes, em audiência pública na Câmara dos Deputados.

A Anfavea estima que os veículos leves – plug-in, híbridos e elétricos – representem 32% das vendas anuais em 2035.

Com o avanço dos elétricos, a indústria automotiva busca baratear os custos da tecnologia para atender à demanda do mercado. Por isso, a exploração do lítio pode ser vantajosa.

“As baterias de lítio ajudam as montadoras a fornecerem produtos mais atrativos e acessíveis”, afirmou o vice-presidente.

O lítio é um metal leve, presente nas baterias de íon de lítio de veículos elétricos e sistemas de armazenamento de energia. De acordo com as projeções da Agência Internacional de Energia (IEA), a demanda pelo mineral deve aumentar significativamente, mais de 40 vezes até 2040.

A associação entende que a extração do minério no país pode atrair as indústrias de fornecimento de baterias, além de “descentralizar a produção” e livrar a dependência da cadeia de suprimentos.

O Brasil hoje depende da importação de outros países para garantir os produtos.

“Não vamos continuar importando baterias, vamos ter produção local. [...] Gostaríamos de ter um polo industrial de baterias. É uma grande oportunidade para o Brasil e não podemos perdê-la”, acrescentou.

A corrida pelo lítio

O mundo começa a assistir uma corrida pelo mineral. Com cerca de 65% das reservas encontradas no Chile, Bolívia e Argentina, é na China a maior concentração do processamento do lítio.

Nesta edição do antessala, discutiremos os desafios do Brasil na exploração desse mineral e as oportunidades do país em garantir a transição energética com segurança e responsabilidade ambiental.

Nossos convidados nesta edição:

— José Balbino Maia de Figueiredo, vice-presidente da Regional FIEMG Vale do Jequitinhonha.

— Aline Nunes, Coordenadora de Assuntos Minerários do Ibram

— Elaine Santos, pesquisadora do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP

— Vitor Saback, secretário de geologia e mineração do MME

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 10/05/2023

ROYALTIES DO PETRÓLEO: VEJA OS MUNICÍPIOS QUE MAIS RECEBEM; LISTA DE BILIONÁRIOS ESTÁ MAIOR

Aumento da produção do pré-sal e alta do preço do petróleo amplia lista de cidades que ganham mais de R\$ 1 bilhão por ano

Por André Ramalho 10 de maio de 2023 Em Judiciário, Petróleo e gás, Política energética



Navio-plataforma Cidade de Angra dos Reis

RIO — Com o aumento da produção do pré-sal e valorização dos preços internacionais do petróleo, a lista de municípios que arrecadam mais de R\$ 1 bilhão por ano com as receitas petrolíferas (royalties e participações especiais) está crescendo.

Em 2022, Macaé (RJ), no Norte Fluminense, e Saquarema (RJ), na Região dos Lagos, entraram para o seletivo grupo, até então restrito a Maricá e Niterói, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

E a previsão é que, nos próximos anos, Campos dos Goytacazes, também no Norte Fluminense, entre para o time, de acordo com projeções da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Muito dinheiro para poucos

Levantamento da agência epbr, com base em projeções da ANP, mostra que a distribuição das receitas petrolíferas é concentrada: juntos, os dez municípios que mais arrecadam as participações governamentais devem ficar em 2023 com cerca de 60% de tudo o que os municípios brasileiros arrecadam com royalties e participações especiais.



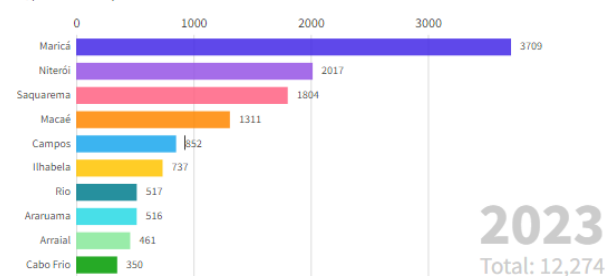
Os principais beneficiários estão localizados no Rio, cujo litoral se confronta com os principais campos do pré-sal da Bacia de Santos e do pós-sal da Bacia de Campos (as duas maiores fronteiras de produção do país).

No ranking das dez cidades com mais receitas petrolíferas, apenas Ilhabela (SP) não está no Rio. Maricá, Niterói, Macaé, Saquarema, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Araruama, Arraial do Cabo e Cabo Frio completam as 10 mais.

Niterói e Maricá, por exemplo, são beneficiados pela produção de Tupi, o maior campo produtor do país. E Saquarema tem ampliado o orçamento, justamente, pelo crescimento da produção do campo de Búzios, que nos próximos anos deve desbancar Tupi como principal fonte da produção nacional.

As dez cidades que mais arrecadam com óleo e gás

Previsão de arrecadação de participações governamentais (em R\$/milhões)



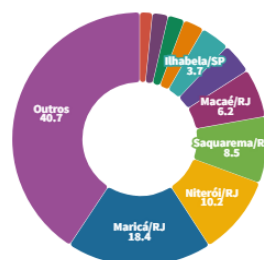
Source: Elaboração própria, com dados da ANP

● A Flourish bar chart race

Receitas do petróleo concentradas

Divisão das participações governamentais (royalties+PE) por cidade (em %)

2023



Source: Elaboração própria, com dados da ANP

● A Flourish chart

Existem duas participações governamentais que incidem sobre a produção de óleo e gás:

- os royalties são uma compensação financeira paga à União, aos Estados e aos municípios pelos produtores de óleo e gás e são recolhidos mensalmente sobre o valor da produção do campo. O montante é obtido multiplicando-se três fatores: alíquota prevista no contrato para exploração e produção (que pode variar de 5% a 15%); produção mensal do campo; e o preço de referência dos hidrocarbonetos no mês.
- a participação especial é a compensação financeira extraordinária devida pelas empresas que produzem em campos com grande volume de produção e/ou grande rentabilidade e é paga trimestralmente. As alíquotas são aplicadas sobre a receita líquida da produção trimestral de cada campo, consideradas as deduções previstas em lei (royalties, investimentos na exploração, custos operacionais, depreciação e tributos).

O conflito pelo dinheiro

Tanta riqueza desperta conflitos. São Gonçalo, Magé e Guapimirim, na Região Metropolitana, judicializaram a questão e chegaram a conseguir uma liminar, em 2022, que lhes permitiram ser consideradas parte da zona de produção principal de petróleo – cidades que recebem fatia maior de royalties.

A decisão, porém, foi derrubada posteriormente pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), evitando perdas de receitas por Maricá, Rio e Niterói.

Além dessa disputa, os critérios de repasse dos royalties são alvo de um impasse desde 2012, quando o Congresso aprovou a Lei 12.734/12 – que alterou as regras de redistribuição e reduziu as transferências para o Estados produtores, em favor de outras unidades federativas.

O assunto foi parar no Supremo Tribunal Federal (STF), que, em 2013, por meio de uma liminar, suspendeu os efeitos da lei.

A decisão da ministra completou, em março, dez anos, sem que o assunto tenha sido levado ao Plenário da Suprema Corte.

A Confederação Nacional dos Municípios (CNM), favorável aos novos critérios, cobra um posicionamento da STF. A entidade estima que, nesses dez anos, os municípios não confrontantes deixaram de arrecadar R\$ 77 bilhões com a não aplicação da lei.

O entendimento entre as autoridades fluminenses é que o royalty, por definição, se trata de uma compensação financeira aos Estados e municípios que abrigam as atividades de extração e que sofrem os seus impactos diretos.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 10/05/2023

MDIC QUER DESENVOLVER CADEIA DE SUPRIMENTOS PARA GERAÇÃO DE ENERGIA RENOVÁVEL

Brasil carece de equipamentos industriais voltados para a produção de energias renováveis, segundo o secretário adjunto do MDIC, Felipe Machado

Por Millena Brasil 10 de maio de 2023 Em Política energética, Setor elétrico, Transição energética



Audiência Pública sobre a reindustrialização e descarbonização da indústria (Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados)

BRASÍLIA – O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) está traçando projetos para garantir a autonomia na cadeia de suprimentos de energias renováveis, afirmou o secretário adjunto da Secretaria de Desenvolvimento Industrial do MDIC, Felipe Machado.

“A ideia é livrar essa dependência e vulnerabilidade, o que não é diferente do que os países, como os Estados Unidos e a União Europeia, estão fazendo”, explicou o secretário.

Apesar do grande potencial em energias renováveis, o Brasil ainda carece de equipamentos industriais, importando a maior parte dos maquinários voltados à produção, segundo o entendimento da pasta.

A dependência de suprimentos externos traz imprevisibilidade aos investimentos, o que pode prejudicar a expansão da matriz energética brasileira e o alcance das metas estabelecidas pelo país.

Enquanto isso, o cenário internacional é de desenvolvimento e, principalmente, disputa pelo domínio da tecnologia com foco na transição energética.

Com incentivos próprios, a China lidera a produção mundial de turbinas, baterias para eólicas, entre outros componentes para painéis solares, por exemplo.

Machado defende que, para avançar na corrida mundial pela reindustrialização verde, o Brasil deve rever seus “paradigmas tecnológicos”. É o que o MDIC, de Geraldo Alckmin (PSB), tenta reverter.

“O Brasil não tem o direito de ficar para trás porque é privilegiado nesse aspecto”, disse o secretário.

Ele acredita que o país conta com recursos estratégicos para consolidar um mercado competitivo de suprimentos.

“Tem um território imenso, litoral extenso, boa incidência de energia solar, histórico de políticas públicas na área de energias renováveis e minerais em boa quantidade”, mencionou.

Questionado sobre o planejamento de políticas voltadas à descarbonização na indústria, o secretário comentou que o uso de energia limpa na matriz produtiva pode ser mais viável financeiramente no futuro.

“No momento de transição para as tecnologias alternativas, essa energia tende a ser mais cara, mas pode diminuir com o tempo e serem competitivas com as energias tradicionais”. A economia de baixo carbono é uma das agendas prioritárias do MDIC.

No final de maio, a pasta deve relançar o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), com o objetivo de elaborar – em conjunto com a sociedade civil e setor privado – as novas diretrizes de uma política industrial para os próximos anos.

Felipe Machado participou nesta terça (9/5) de audiência na Comissão de Indústria, Comércio e Serviços na Câmara dos Deputados.

Abertura para importações

Nesta terça (9/5), com o objetivo de reduzir custos aos investimentos produtivos, a Câmara de Comércio Exterior (Camex) zerou os impostos de importação até 31 de dezembro de 2025. A medida vale para um conjunto de bens cuja alíquota média é de 11%.

Serão realizados investimentos em mais de 40 setores da economia, com ênfase em indústrias como metalurgia, eletricidade e gás, fabricação de veículos automotores, máquinas e equipamentos, além de celulose, papel e produtos de papel.

Cerca de 80% dos equipamentos que terão redução tarifária, serão importados dos Estados Unidos, China, Alemanha e Itália, pois não há produção nacional nesses casos.

A justificativa do MDIC para a isenção de impostos é ausência de oferta doméstica dos produtos.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 10/05/2023

SHELL VAI RECICLAR PLATAFORMA DO SEU PRIMEIRO CAMPO DE PETRÓLEO NO BRASIL

FPSO Fluminense começou a operar há 20 anos na Bacia de Campos e será sucateado na Dinamarca em 2024

Por epbr 10 de maio de 2023 Em Comece seu Dia, Petróleo e gás



FPSO Fluminense, em campo operado pela Shell na Bacia de Campos (foto Marinha do Brasil)

A Shell fechou um acordo com a Modern American Recycling Services (MARS), para desmantelamento e reciclagem do FPSO Fluminense, que opera nos campos de Bijuipirá e Salema, na Bacia de Campos. A embarcação será sucateada na Dinamarca.

– O acordo com a MARS antecipa termos do contrato, que deve ser celebrado este ano e envolve a engenharia, preparação, desmontagem e reciclagem verde.



– Prevê medidas como minimização da geração de resíduos, prevenção de impactos à biodiversidade, além do reaproveitamento de equipamentos e economia circular. A expectativa é que a embarcação chegue ao estaleiro dinamarquês em 2024.

Fim do ciclo. É um marco para o encerramento das atividades, vinte anos após a empresa começar a produzir.

– De acordo com dados da ANP, o FPSO não produz desde o fim de 2021. Com Bijupirá e Salema, Shell se tornou, em 2003, a primeira estrangeira a produzir petróleo em escala comercial no Brasil, após a abertura do mercado no fim da década de 1990.

– As operações na Bacia de Campos, por sua vez, entraram em seus ciclos finais. O Parque das Conchas, por exemplo, tem previsão de descomissionamento no fim da década. Em paralelo, a companhia renovou nos últimos anos a sua carteira exploratória na região.

Equinor: abertura do mercado de gás trouxe conforto para o projeto BM-C-33. O diretor do Projeto na Equinor, Thiago Penna, está confiante de que haverá demanda para o gás do BM-C-33, cuja produção estimada para a partir de 2028 é equivalente a todo o consumo atual da Comgás (SP) – a maior distribuidora do país.

– Segundo ele, a abertura do mercado, a falta de novas descobertas de gás e a dependência externa do Brasil colocam o gás de Pão de Açúcar em posição favorável no mercado. (epbr)

Be8 aposta no hidrogênio em estratégia renovada de internacionalização. O ano de 2023 marca o início de uma nova fase na BSBIO, agora Be8, empresa brasileira que cresceu junto com o programa de biodiesel e passa por uma transformação para conquistar novos mercados. O novo portfólio inclui etanol, diesel verde, combustível sustentável de aviação (SAF, na sigla em inglês), gás natural liquefeito (GNL), hidrogênio e amônia verdes. (epbr)

O BioQAV de Schrödinger da aviação civil. O SAF brasileiro pode ser avaliado pelo Renovabio ou Corsia e, inclusive, pelos dois, simultaneamente. Teremos o paradoxo do BioQAV que emite o dobro ou a metade das emissões ao mesmo tempo a depender da medição do ciclo de vida. Artigo na Coluna do Gauto.

Petróleo sobe novamente, mas com ressalvas. Brent para julho subiu 0,56%, a US\$ 77,44, em meio a notícias vistas como positivas sobre a reserva estratégica da commodity nos Estados Unidos. Os ganhos, contudo, foram limitados pela cautela diante dos dados de inflação dos EUA – que saem nesta quarta (10/5) – e das incertezas sobre a saúde da economia americana. (Valor)

Brasil se lança no mapa global do lítio. “Vale do Lítio” já conta com quatro mineradoras desenvolvendo projetos de exploração do mineral no Jequitinhonha, em Minas Gerais. Desafio é superar temores com impacto ambiental. (epbr)

Política industrial. MDIC quer desenvolver cadeia de suprimentos para geração de energia renovável. “A ideia é livrar essa dependência e vulnerabilidade, o que não é diferente do que os países, como os Estados Unidos e a União Europeia, estão fazendo”, afirma o secretário adjunto de Desenvolvimento Industrial, Felipe Machado (epbr).

Tesla inicia construção de fábrica de lítio no Texas. O CEO da empresa, Elon Musk, disse que a refinaria deve produzir o suficiente para construir 1 milhão de veículos elétricos até 2025, tornando-se a maior processadora do insumo na América do Norte. (Reuters)

Uma mensagem do IBP

Começa nesta quarta-feira (10) a 20ª edição do Seminário de Gás Natural do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP).

Com o lema 'Gás natural no Brasil: abertura, competitividade e sustentabilidade', o evento vai reunir o maiores especialistas do setor para debater temas essenciais para o momento atual, como o potencial de oferta de gás do pré-sal, o papel do gás onshore e do biometano, os projetos de expansão da demanda de gás no setor industrial e no transporte rodoviário, além da necessidade de ajustes regulatórios para consolidar a abertura do mercado.

As inscrições para o evento estão esgotadas. Veja a programação completa: <https://lets.4.events/seminario-de-gas-natural-C21522E1>

Petrobras e TotalEnergies esperam 1º leilão de eólicas offshore para 2024. Para a petroleira francesa, Para Scoconi, o passo mais importante agora é definir as regras para o mercado. A expectativa da empresa é que o projeto de lei das eólicas offshore seja aprovado ainda este ano. O PL 576/2021 foi aprovado no Senado ano passado e agora tramita na Câmara dos Deputados.(epbr)

Sem marco legal, investimentos podem migrar para outros países. A ausência de um marco legal para a instalação de parques eólicos offshore tem impedido o avanço de projetos no Brasil, segundo executivos de empresas interessadas no negócio. Eles alertam que a competição por capital é global e o país pode perder oportunidades. A insegurança se dá pela ausência de lei para concessão do direito de explorar as áreas marítimas. (epbr)

Celesc anuncia plano de investimento de R\$ 4,5 bilhões em SC. Empresa pretende investir R\$ 1,9 bilhão em alta tensão, R\$ 1,6 bilhão em média e baixa tensão, cerca de R\$ 460 milhões em investimentos em parque gerador e R\$ 158 milhões em medição inteligente, dentre outras medidas. (Canal Energia)

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 10/05/2023

O BIOQAV DE SCHRÖDINGER DA AVIAÇÃO CIVIL

Avaliação da redução das emissões do SAF de óleo de soja inclui a análise do ciclo de vida da oleaginosa, produção, transporte e uso do biocombustível, escreve Marcelo Gauto

Por Marcelo Gauto 10 de maio de 2023 Em Biocombustíveis, Coluna do Gauto, Política energética



Biocombustível de aviação abastece aeronave da United no Aeroporto Internacional de São Francisco, nos EUA (Foto: Divulgação)

O excepcional físico austríaco Erwin Schrödinger (1887-1961) formulou em 1935 uma experiência mental para ilustrar a interpretação da mecânica quântica de um sistema subatômico, que ficou amplamente conhecida como a experiência do "Gato de Schrödinger".

No experimento, fictício, um gato é colocado dentro de uma caixa fechada junto com um aparato contendo um composto radioativo que pode se decompor a qualquer momento. O aparato está conectado a um dispositivo que pode quebrar um frasco de veneno letal para o gato, caso ocorra a decomposição do composto.

Como não é possível prever quando a decomposição vai ocorrer, o gato estaria em um estado de superposição, em que ele estaria simultaneamente vivo e morto, até o momento em que a caixa fosse aberta e o estado do sistema fosse observado.

Pela mecânica quântica probabilística, antes de abrir a caixa, coexistem as chances de ele ter morrido ou de estar vivo, mas também a combinação dos dois estados, vivo e morto, ao mesmo tempo. Por mais estranho que pareça, o mundo subatômico tem dessas coisas. Mas não é só ele.

As metas da aviação civil e o SAF

Dando uma pausa aqui sobre experimentos quânticos, para refazer o link mais adiante, é importante comentar sobre as metas de redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) da aviação civil.

A Organização da Aviação Civil Internacional (Icao, na sigla em inglês), à luz do Acordo de Paris, tem metas postas para redução dos GEE dos voos internacionais, que serão cumpridas a partir de 2024 por 115 países voluntários e em 2027 por todos os demais países que possuem um nível mínimo de emissões, como o Brasil.

Sem adentrar no detalhamento das metas e das regras envolvidas, vale saber que as soluções em curso para que se consiga reduzir as emissões dos voos envolvem melhorias tecnológicas das aeronaves, maior eficiência nas operações e rotas e, especialmente, o uso de combustíveis de aviação sustentáveis (SAFs – Sustainable Aviation Fuels, em inglês).

Políticas para a produção do SAF e outras mudanças no Renovabio serão discutidas no Congresso Nacional, segundo indicação do governo federal, que presente apresentar o projeto de lei do Combustível do Futuro.

Rotas para produção de SAF

Existem variadas rotas tecnológicas e matérias-primas possíveis para produção de combustíveis de aviação sustentáveis.

Uma das rotas bastante interessante para o Brasil é a que utiliza óleos vegetais para produção de SAF, embora não seja a única.

Sendo o Brasil um dos maiores produtores de soja, é natural que o óleo de soja seja considerado principal matéria-prima elencada para produção de SAF, assim como já o é para a produção de biodiesel e Diesel R no país, por exemplo.

Para se avaliar a redução das emissões de GEE do SAF produzido a partir de óleo de soja, é preciso adentrar na avaliação do ciclo de vida (ACV) da oleaginosa, da produção, transporte e uso do biocombustível.

A Icao, através de um programa chamado Corsia (Carbon Offsetting and Reduction Scheme for International Aviation), que entre outras coisas elenca os combustíveis elegíveis ao programa, determinou valores-padrão para as emissões de SAF produzidos mundo afora.

Para SAF derivado de óleo de soja, tem-se na tabela 1 os valores colocados pelo Corsia para rota de hidrogenação do óleo.

Região	Matéria-prima	Intensidade de carbono ACV (gCO ₂ e/MJ)	Mudanças de uso indireto da terra (ILUC) (gCO ₂ e/MJ)	Intensidade de carbono final (gCO ₂ e/MJ)
Estados Unidos	Óleo de Soja	40,4	24,5	64,9
Brasil	Óleo de Soja	40,4	27,0	67,4
Global	Óleo de Soja	40,4	25,8	66,2

Tabela 1 – Valores-padrão das intensidades de carbono do óleo de soja para SAF elegível ao Corsia, considerando hidrogenação do óleo vegetal (Fonte: Icao, 2023)

De pronto, salta aos olhos que o Corsia considera que a intensidade de carbono derivada do estudo de ciclo de vida em qualquer lugar do mundo é o mesmo. Isso por si só é questionável, porque não

leva em consideração as particularidades de como ou onde o óleo de soja foi produzido. Mas isso renderia outra conversa, que fica para um próximo artigo.

Segundo ponto importante é que o programa considera um valor significativo para mudanças de uso da terra.

De forma resumida, o ILUC (Indirect Land Use Change), neste quadro, considera que a soja, ao ocupar determinada área, deslocou, “empurrou”, outra atividade para uma nova área, gerando com esta expansão por deslocamento emissões indiretas de carbono da ordem de 27 gCO₂e/MJ.

A hipótese muitas vezes comentada é de que o aumento da área plantada de uma oleaginosa estaria deslocando a atividade agropecuária para outras regiões, não só no Brasil, gerando desmatamento e emissões de GEE de forma indireta.

Bioquerosene de aviação (BioQAV) e Renovabio

Saindo do âmbito internacional para o nacional, a certificação de um BioQAV através do Renovabio é algo esperado nos próximos anos no Brasil.

Diferentemente do programa internacional Corsia, o Renovabio não considera um ILUC para compor as emissões totais de GEE do SAF produzido.

Isso porque o programa nacional considera elegível apenas biocombustíveis provenientes de áreas não desmatadas [1]. A premissa é importante, mas tem recebido críticas pelo fato de desconsiderar por completo o ILUC.

Utilizando dados típicos de produção do óleo de soja brasileiro, previstos na Resolução ANP 758/18, estima-se que um BioQAV obtido a partir de óleo de soja no Brasil tenha intensidade de carbono total entre 25 gCO₂e/MJ e 30 gCO₂e/MJ [2].

Observa-se que o valor seria menos da metade daquele considerado pelo Corsia para a mesma matéria-prima e rota de produção. Essa diferença pode nos levar a um paradoxo nos próximos anos.

O “BioQAV de Schrödinger”

Imagine-se um BioQAV, que é um combustível sustentável de aviação (SAF) [3], produzido a partir de óleo de soja no Brasil, estocado em um tanque de armazenamento dentro de um aeroporto que tem voos nacionais e internacionais acontecendo.

Considerando as atuais regras, esse SAF pode ter emissões totais estimadas de 25-30 gCO₂e/MJ, se ele for certificado pelo Renovabio para voos nacionais, ou de 67,4g CO₂e/MJ se ele for certificado pelo Corsia para voos internacionais.

Voltando ao início do artigo, em analogia ao “Gato de Schrödinger”, o SAF brasileiro pode ser Renovabio ou Corsia e, inclusive, Renovabio e Corsia simultaneamente dentro do tanque de uma aeronave.

Teremos aqui o paradoxo do BioQAV de soja que emite o dobro ou a metade das emissões ao mesmo tempo, no que se pode chamar de “BioQAV de Schrödinger”.

O paradoxo gerado tem causa nas diferenças metodológicas existentes entre os dois programas de certificação e merecerá atenção nos próximos anos, em especial em relação ao ILUC.

Enquanto um SAF derivado de óleo de soja terá X “créditos de carbono” certificados pelo Corsia para voos internacionais, o mesmo combustível pode gerar mais de 2X créditos quando certificado por Renovabio para voos nacionais, segundo as atuais regras vigentes.

Até que se defina o destino do avião, o combustível estará “internacional” e “nacional”, numa superposição de estados que geram créditos de emissões reduzidos e aumentados

simultaneamente. Que mundo mais louco este da “aviação quântica”. “Senhores passageiros, tem um gato solto dentro do avião. Ou não”.

Este artigo expressa exclusivamente a posição do autor e não necessariamente da instituição para a qual trabalha ou está vinculado.

Notas

[1] Para participar do Renovabio é preciso comprovar que não houve desmatamento na área plantada a partir de 2018. Além de não considerar ILUC, a data de referência Renovabio diverge do Corsia, que igualmente exige que não tenha ocorrido desmatamento na área plantada, mas a partir de 2008.

[2] Estimativa feita pelo autor.

[3] Vale ressaltar que nem todo SAF é um biocombustível, mas um BioQAV, se produzido de forma sustentável, pode ser considerado um SAF.

Referência

ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis). RESOLUÇÃO ANP Nº 758, DE 23.11.2018, DOU 27 DE NOVEMBRO DE 2018. Disponível em: <<https://atosoficiais.com.br/anp/resolucao-n-758-2018-regulamenta-a-certificacao-da-producao-ou-importacao-eficiente-de-biocombustiveis-de-que-trata-o-art-18-da-lei-no-13-576-de-26-de-dezembro-de-2017-e-o-credenciamento-de-firmas-inspetoras>>. Acessado em maio de 2023.

OACI. CORSIA Eligible Fuels. Disponível em: <<https://www.icao.int/environmental-protection/CORSIA/Pages/CORSIA-Eligible-Fuels.aspx>>. Acessado em maio de 2023.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 10/05/2023



JORNAL O GLOBO – RJ

BRASKEM RECEBE PROPOSTA QUE PODE CHEGAR A R\$ 36 BI POR FATIA DA EX-ODEBRECHT NA EMPRESA

Oferta foi feita por fundo americano e estatal de petróleo dos Emirados Árabes Unidos. Negócio depende de aval da Petrobras

Por Bruno Rosa



A saída da Petrobras do capital da Braskem era para ter sido uma das maiores operações do ano na B3
Luke Sharrett – Foto : AP

A Brakem, empresa líder na produção de plástico nas Américas, informou na noite de terça-feira que seu acionista Novonor (ex-Odebrecht) recebeu informações complementares da oferta de compra feita pelo fundo de private equity americano Apollo Global Management e pela Abu Dhabi National Oil Company (Adnoc), a estatal de petróleo de Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos. As empresas

ofereceram R\$ 47 por ação, com parte sendo pago à vista. Com isso, o valor da oferta pode chegar a cerca de R\$ 36 bilhões, segundo fontes do setor.



Nesta quarta-feira, a ação da Braskem na B3 está em queda superior a 1,2%, cotada a R\$ 25,95.

A Novonor tem 50,1% do capital votante da Braskem. A Petrobras, por sua vez, conta com 47% das ações com direito a voto na empresa. Segundo fontes, a estatal tem preferência em uma eventual venda dos papéis da antiga Odebrecht na Braskem. Pelo acordo de acionistas, a Petrobras precisa ainda dar o aval ao negócio.

No comunicado enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Braskem esclareceu que se trata de uma "oferta não vinculante para a aquisição indireta da participação detida pela Novonor, cujas ações estão alienadas fiduciariamente aos bancos credores".

A Braskem informou que a proposta recebida pela Novonor estabelece um valor de R\$ 47 por ação. Desse total, diz a companhia, parte seria pago à vista e o restante através de emissão de títulos (debêntures) e via "warrant", por exemplo.

A empresa disse ainda que a proposta também é destinada aos bancos credores. Segundo uma fonte, a estatal de Abu Dhabi já iniciou conversas com Petrobras, BNDES, Banco do Brasil, Santander, Bradesco e Itaú Unibanco. Não é a primeira vez que a Braskem é alvo de interesse. Em 2019, ainda na gestão de Pedro Parente, a LyondellBasell tentou, sem sucesso, comprar a companhia.

Petrobras: 'análise cuidadosa'

Embora não haja qualquer decisão sobre a proposta, a Novonor está compartilhando "os termos da oferta com a Braskem, para que ela possa cumprir as normas específicas de divulgação aplicáveis".

A Petrobras disse que todas as ações relacionadas à sua participação na Braskem exigem "análise cuidadosa sob a perspectiva de gestão de portfólio e devem ser conduzidas com observância das práticas de governança e os procedimentos internos aplicáveis".

A Braskem informou que "a proposta não vinculante depende de avaliação e negociação com a Petrobras e sua efetivação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições usuais para este tipo de operação".

Por outro lado, a Petrobras negou, após rumores de mercado, de que estaria discutindo uma parceria com o Mubadala, o fundo soberano de Abu Dhabi, para trocar as ações da refinaria de Mataripe, na Bahia, por ações da Braskem. Em 2021, a Petrobras concluiu a venda das ações da Mataripe para a Acelen, empresa que faz parte do Mubadala.

Segundo o analista Pedro Galdi, a venda da fatia da Braskem é complexa e cercada de incertezas:

- A participação (da Odebrecht) na Braskem foi dada em garantia para bancos. Então não é só ela decidir, mas sim a soma dela e dos credores. Pelo fato relevante, o valor não é totalmente em dinheiro.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 10/05/2023

MINISTRO DA CASA CIVIL QUESTIONA BAIXO PODER DE DECISÃO DA UNIÃO NA ELETROBRAS: 'UM CHEIRO RUIM DE FALTA DE MORALIDADE'

AGU ingressou no STF contestando aspectos da privatização da Eletrobras. União quer ter maior influência na empresa de geração de energia

Por Alice Cravo — Brasília

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, questionou nesta quarta-feira o peso do Estado nas decisões da Eletrobras e afirmou que é preciso "ajustar" nos trechos da privatização "aquilo que tem cheiro ruim de falta de moralidade". A empresa de geração e distribuição de energia, privatizada no ano passado ainda na gestão de Jair Bolsonaro (PL), é alvo de uma ação da Advocacia-Geral da União (AGU),

com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para ampliar o poder de decisão do governo no Conselho de Administração.



O presidente Lula ao lado do ministro da Casa Civil, Rui Costa – Foto : Cristiano Mariz/Agência O Globo

Embora tenha tido o seu controle vendido a investidores privados em uma nova emissão de ações na Bolsa que diluiu a parcela majoritária do governo no seu capital, a Eletrobras ainda tem a União como um de seus principais acionistas. O governo federal tem 33,05% das ações, e o BNDES tem outros 7,25%. Fundos do governo ainda controlam 2,31% das ações. Com isso, o governo tem mais de 40% do capital total da estatal, mas não o suficiente para exercer o controle da empresa. Estão diluídos entre investidores privados 57,4% das ações.

– O presidente quer estimular toda a participação privada. Agora, nós temos que ajustar aquilo que tem um cheiro ruim de falta de moralidade. O povo brasileiro detém 46%, ou 43%, das ações da Eletrobras. E num arranjo inusitado eles disseram que só vota no máximo o correspondente a 10%. Qual a base legal para isso? – questionou Rui em entrevista à GloboNews.

No final da última semana, a Advocacia-Geral da União (AGU) ingressou no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) que questiona trechos da privatização da Eletrobras. A AGU tenta aumentar o poder do governo sobre a empresa.

Hoje, qualquer acionista tem o poder de voto limitado a 10%. A União tem mais de 40% das ações com direito a voto, considerando a fatia do BNDES e seu braço de participações, a BNDESPar.

Em fato relevante distribuído nesta segunda-feira, a Eletrobras diz que a ação da AGU contraria premissas que embasaram investimento de novos acionistas na empresa quando da privatização, incluindo trabalhadores que usaram FGTS para comprar ações.

Durante viagem a Londres para a coroação do Rei Charles III, o presidente Lula criticou o processo de privatização da empresa e disse que pretende entrar com uma nova ação questionando a capitalização da antiga estatal.

O presidente da Câmara dos Deputados Arthur Lira, já se posicionou contra a medida e afirmou que é preocupante rever a privatização. Lira argumenta que antes da privatização a Eletrobras não tinha capital suficiente para investimento e prestava serviço de “péssima qualidade”. Para ele, a decisão do Congresso na desestatização foi acertada. A empresa foi vendida no ano passado.

— Essas questões de rever privatização preocupam. Você pode até não privatizar mais, não propor nenhuma privatização, mas mudar um quadro que já está jogado e definido, e com muitas pessoas e com muitos grupos e com muitos países investindo, realmente causa ao Brasil uma preocupação muito forte — disse.

A privatização da empresa foi feita pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro e o processo foi finalizado em 2022. Sem perspectiva de aprovação de alguma mudança no Congresso, o governo está buscando alterações no Judiciário.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 10/05/2023

ESTUDO DO BANCO MUNDIAL APONTA QUE PRESERVAÇÃO DA AMAZÔNIA VALE US\$ 317 BILHÕES, SETE VEZES MAIS QUE O AGRO

Os dados, segundo os pesquisadores, foram considerados de maneira conservadora no relatório

Por Renan Monteiro — Brasília



Estudo do Banco Mundial aponta que preservação da Amazônia vale US\$ 317 bilhões, sete vezes mais que o agro DOUGLAS MAGNO / AFP

Um relatório do Banco Mundial divulgado na noite desta terça-feira indica que a preservação do bioma Amazônico pode gerar o montante de US\$ 317 bilhões por ano, o equivalente a sete vezes mais que o valor estimado da exploração de bens da agricultura extensiva, madeireira e mineração.

O número está dividido em três áreas de impacto da Amazônia. Como bem público, o valor com os “serviços ecossistêmicos” é estimado em US\$ 20 bilhões anuais para a América do Sul. O relatório cita como exemplos desses serviços a chuva necessária para a agricultura da região e a proteção contra a erosão do solo e os incêndios.

Já o valor anual do armazenamento de carbono é estimado em US\$ 210 bilhões e a estimativa ligada à biodiversidade e cobertura florestal é de US\$ 75 bilhões.

Por último, estão os valores de “uso privado sustentável” da floresta em pé, como, por exemplo, a produção de produtos não madeireiros ou o turismo sustentável, que são estimados em US\$ 12 bilhões anuais.

“Impedir o desmatamento ilegal não é apenas uma prerrogativa econômica e ambiental, mas também se alinha aos compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito do Acordo Climático de Paris”, diz o relatório do Banco Mundial, lembrando que na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2021 — a COP26 — o Brasil antecipou para 2028 sua meta de zerar o desmatamento ilegal no país.

A cifra de US\$ 317 é considerada uma “avaliação conservadora” dos valores totais anuais de proteção do bioma.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 10/05/2023

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

FRANCESA EDF VAI TRIPLICAR GERAÇÃO NO BRASIL COM NOVAS USINAS EÓLICAS EM TERRA E NO MAR

Geração eólica da companhia no País será incrementada com novas usinas terrestres sediadas no Nordeste, onde a empresa já concentra operação

Por Gabriel Vasconcelos

A unidade de energias renováveis da estatal francesa EDF, a EDF Renewables, vai mais que triplicar o portfólio de energia limpa no Brasil até o início da próxima década. O volume de 1,8 GW já viabilizado em projetos no País deve ultrapassar a casa dos 6 GW com foco em energia eólica produzida tanto em terra quanto no mar. Em entrevista exclusiva ao Estadão/Broadcast, o presidente global da companhia, Bruno Bensasson, conta que o Brasil está no centro da estratégia global da unidade.

Os planos de expansão da EDF Renewables contrastam com a corrida de outras empresas do setor para vender ativos de geração limpa e minimizam o momento hidrológico favorável do País, que viabiliza a produção em hidrelétricas e derruba o preço da energia.

“Somos investidores de longo prazo. Não somos insensíveis a preço, mas respeitamos os prazos do nosso modelo de negócios, que é construir em três ou quatro anos usinas que vão funcionar por, pelo menos, 20 ou 30 anos. O determinante em nossas escolhas não é o preço da energia em 2023”, diz Bensasson.



Portfólio de energia limpa da EDF no Brasil deve ultrapassar a casa dos 6 GW Foto: Matthew Lloyd/Bloomberg

De imediato, a geração eólica da EDF no País será incrementada com novas usinas terrestres sediadas no Nordeste, onde a empresa já concentra operação. Mais tarde, depois de 2030, será a vez dos parques offshore. Em desenvolvimento, os dois projetos previstos até agora para alto mar já somam capacidade de 3,3 GW. Algo próximo da metade dessa capacidade deve ser entregue nos primeiros anos da próxima década e, o restante, vai ter prazo maior de desenvolvimento. Os empreendimentos serão acompanhados de plantas de produção de hidrogênio voltadas ao mercado interno e à exportação, informa Bensasson.

Novas operações

No curtíssimo prazo, além de concluir os dois parques eólicos onshore em construção na Paraíba e na Bahia, a EDF Renewables também vai iniciar um novo projeto de 600 MW em Estado ainda não revelado, mas também no Nordeste. Trata-se do primeiro projeto de um pipeline de 3 GW terrestres a ser perseguido.

O presidente da subsidiária brasileira da EDF Renewables, André Salgado, detalha que o parque Serra do Seridó (500 MW), na Paraíba, vai ter a fase 1 em operação comercial em julho, ao passo que a fase 2 vai entrar em operação até março do ano que vem. O projeto foi viabilizado pelo leilão federal de 2019 e por contratos de longo prazo, PPA (“Power Purchase Agreement”), no mercado livre. Seridó vai custar R\$ 2 bilhões à EDF Renewables, que contou com financiamento do Banco do Nordeste.

Já o parque Serra das Almas (261 MW), na Bahia, deve produzir energia até dezembro de 2024. Essa planta será a terceira de fonte eólica na Bahia, onde a EDF já tem o parque fotovoltaico Pirapora (400 MWp). Já o novo projeto eólico, de 600 MW, diz Salgado, será dividido em duas fases, com a primeira de 280 MW ou 300 MW.

Modelo

A EDF Renewables tem por padrão investir sozinha. A maior parte dos ativos da empresa vende energia em contratos de longa duração, sejam públicos, com as distribuidoras, sejam privados, com clientes do mercado livre.

Salgado diz que a EDF está preparada para um aumento da comercialização da energia via PPAs (contratos de longo prazo) no mercado livre em função da migração de novos clientes para esse ambiente na esteira da abertura de mercado e, paralelamente, pela redução flagrante no número de leilões que abastecem o mercado regulado. Dos 1,8 GW hoje viabilizados, 44% (800 MW) vão para o mercado livre, um percentual que deve avançar nos próximos anos.

Bensasson acrescenta que a EDF, depois da usina construída, costuma vender parte do negócio e passa a dividir a operação para reciclar capital, a ser reinvestido em novos projetos.

Foi o que aconteceu com o parque Ventos da Bahia, primeiro empreendimento de entrada da empresa no Brasil, que tem capacidade total instalada de 365 MW. No fim de 2020, metade das fases 1 e 2 (91,3 MW) foi vendida à Omega Energia por R\$ 680,3 milhões. O investimento total da EDF Renewables nas três fases do empreendimento foi de R\$ 1,85 bilhões.

Finalizado em 2021, o Complexo Eólico Folha Larga Norte (344,4 MW) ilustra bem o argumento do executivo francês sobre o longo prazo. A usina foi viabilizada pela contratação de venda de energia nos leilões do governo de 2018 e pela celebração de um contrato de 20 anos com a petroquímica Braskem no mercado livre.

A EDF, explica Salgado, só autoriza investimentos quando tem definido quem vai consumir a energia e as condições de licenciamento ambiental. “Nesses moldes, no ano passado, nós fizemos a aprovação dos investimentos para o complexo de Serra das Almas, na Bahia, e temos outros projetos sobre a mesa”, diz em alusão ao pipeline de projetos onshore. Desde 2015, quando chegou ao Brasil, a EDF Renewables já investiu R\$ 7 bilhões, que permitiram alocar 10% da sua geração total no mundo (18 GW) no País.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 10/05/2023

ARCABOUÇO: DEPUTADOS PRESSIONAM RELATOR A ENDURECER TEXTO COM MAIS SANÇÕES E MENOS EXCEÇÕES À REGRA

Bancadas pedem a Cláudio Cajado (PP-BA) mais medidas punitivas e gatilhos para corte de gastos em caso de descumprimento da meta fiscal; apresentação do relatório deve ficar para semana que vem

Por Mariana Carneiro

BRASÍLIA - Às vésperas da apresentação do relatório do novo arcabouço fiscal na Câmara, o deputado Cláudio Cajado (PP-BA) vem sendo pressionado por parlamentares a endurecer o texto elaborado pela equipe do Ministério da Fazenda, incluindo mais sanções e gatilhos para cortar o aumento de gastos caso a meta fiscal estipulada não seja cumprida. A apresentação do texto deve ser adiada para a próxima semana.

Desde a semana passada, Cajado se reuniu com representantes de sete bancadas partidárias da Câmara, que respondem por 347 deputados. À exceção do PT, partido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o relator do projeto diz ter ouvido um uníssono pedido para que o texto tenha mais medidas de controle de gastos caso o governo não alcance as metas para as contas públicas.

Entre as medidas propostas pelos parlamentares estão a proibição de dar aumento acima da inflação a servidores, de abrir novos concursos públicos e oferecer benefícios fiscais. “Todos pedem algum tipo de ‘enforcement’ (esforço para fazer cumprir a meta)”, disse Cajado ao Estadão, após sair da quinta reunião do dia, na noite de terça-feira, 9.



Deputado federal Cláudio Cajado (PP-BA), relator do arcabouço na Câmara Foto: Divulgação/Agência Câmara

Cajado se reuniu com deputados de União Brasil, PP, Podemos, Republicanos, PSDB/Cidadania, PT e PL. Nesta quarta, será a vez de PSB e PSD, dois partidos que estão na base do governo Lula, mas que votaram no marco do saneamento, contra as diretrizes do Palácio do Planalto.

Pela proposta elaborada pela Fazenda, caso o governo não cumpra a meta fiscal, ele terá de gastar menos. Em vez de as despesas poderem crescer 70% da variação da receita, poderão aumentar só 50%. Para os deputados, porém, esse gatilho não é suficiente. Isso porque o texto da equipe econômica não discrimina quais medidas o governo tem de tomar para conter os gastos. O pedido, então, é por sanções mais duras e mais claras.

Na nova regra fiscal, o governo estabelece metas de resultado primário (diferença entre o que o governo arrecada e o que gasta, sem contar os juros da dívida) para as contas públicas. Para 2024,



por exemplo, a meta é zerar o rombo (0% do PIB); para 2025, fazer um saldo positivo (superávit) de 0,5% do PIB e, em 202, 1% do PIB. As metas têm uma margem de tolerância de 0,25 ponto percentual para cima e para baixo. O gatilho de crescimento menor das despesas é acionado quando o governo não atinge o piso da meta -- por exemplo, se fizer um superávit inferior a 0,25% do PIB e 2025.

Apesar de dar indicações de que encaminhará no texto algum tipo de sanção, em caso de descumprimento da meta, que vá além da redução do limite para gastar de 70% da variação receita para 50%, não deve haver punição a gestores por crime de responsabilidade.

“Estamos estudando. Há punições graves e não graves. Eu acho que nós não devemos encarar as sanções de forma draconiana, como se elas fossem por si, só a solução do problema. Eu acho que a Câmara é plural, tem muitas ideias, tem muitas sugestões e nós vamos encontrar um ponto de equilíbrio que dê sustentabilidade e efetividade ao marco fiscal”, afirmou a jornalista após um almoço com a Frente Parlamentar do Empreendedorismo.

Outra demanda dos deputados é que, durante a execução do Orçamento, o governo deixe claro que vai chegar ao objetivo por meio de contingenciamentos (bloqueios) periódicos de despesas. Pelo texto da Fazenda, os contingenciamentos deixam de ser obrigatórios.

Cajado diz que ainda não fechou o texto do seu relatório, que tem previsão para ser votado na Câmara na semana que vem. Nesta quinta-feira, 11, ele combinou de apresentar o texto ao presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), que chega de Nova York. O secretário-executivo Gabriel Galípolo, que substituiu Fernando Haddad na Fazenda enquanto o ministro está no encontro do G7, no Japão, também deverá ter acesso ao relatório na quinta.

Menos exceções

Uma versão preliminar circulou entre técnicos do governo no fim de semana. Por ele, se tem a pista de que Cajado também deve mexer na lista de 13 exceções à regra de controle de gastos do arcabouço. Em estudo estão a inclusão no limite de expansão de gastos as despesas com o piso da enfermagem e com capitalização das empresas estatais não financeiras.

Segundo levantamento do economista-chefe da Warren Rena, Felipe Salto, as 13 exceções ao limite de gastos do arcabouço representam 22,8% do total de despesas do governo, somando R\$ 528 bilhões.

No almoço com a Frente Parlamentar do Empreendedorismo, Cajado ouviu de deputados, como Adriana Ventura (Novo-SP), preocupações sobre o desejo do governo em aumentar a arrecadação e pouco estímulo para o corte de gastos.

“Não vejo absolutamente nenhum movimento de enxugar, cortar. Estão falando de aumentar arrecadação... mas vai gastar mesmo sem aumentar arrecadação, então isso me assusta”, disse a deputada, ecoando crítica que também reverbera na Câmara. Se há um consenso hoje no Parlamento é o de que não se pode haver aumento de impostos.

Nesta quarta, Cajado se reunirá com PSB e PSD. Pedro Paulo (PSD-RJ) diz ter recebido a missão de seu partido de elaborar três pontos de sugestão para o relator. Ele, por sua vez, já tem prontas 13 propostas de alteração do texto original que, se não consideradas por Cajado, poderão ser levadas à votação por meio de emendas e destaques.

Para ser aprovado, o texto tem que ter menos a cara da esquerda e mais a cara da coalizão que elegeu o Lula”

Pedro Paulo, deputado (PSD-RJ)

Entre as sugestões, Pedro Paulo propõe reduzir o limite máximo de expansão de despesas de 2,5% ao ano, acima da inflação, para 2%, com o argumento de que raras são as vezes que o País cresce mais do que isso. E também sugere que o piso de aumento das despesas, de 0,6% ao ano, seja

zerado em caso de descumprimento da meta no ano anterior, com o acionamento de gatilhos automáticos de contenção de despesas, como a proibição de contratação de servidores e reajustes.

“Para ser aprovado, o texto tem que ter menos a cara da esquerda e mais a cara da coalizão que elegeu o Lula (mais ao centro)”, diz Pedro Paulo. “E isso não vale só para o marco fiscal, foi assim com o saneamento também”.

O PT por sua vez ainda está dividido, assim como a esquerda. Na reunião de líderes governistas desta terça, 09, Guilherme Boulos (PSOL-SP) avisou que o seu partido tem restrições ao marco fiscal e que pretende propor alterações ao texto durante a votação para tirar do limite de gastos as despesas com saúde e educação.

Alguns deputados quiseram saber se o partido poderia, no limite, votar contra o governo. Boulos não quis dizer, mas há dúvidas se a sigla aliada de Lula entregará todos os 14 votos que tem na Câmara (junto com a Rede) no projeto que é crucial para a sobrevivência econômica do governo. A decisão do PSOL só será tomada com o relatório a ser votado publicado.

O PT tampouco está satisfeito, nem com a proposta da Fazenda e menos ainda com a suspeita de que haverá um endurecimento no relatório de Cajado. Embora o líder Zeca Dirceu (PT-PR) afirme que o partido não vai propor emendas e destaques para votação, a sigla ainda tem esperança de ainda influenciar o relator.

“Venho pedindo diariamente ao Cajado que não torne o texto mais rígido do que já é, mas ele evita responder, diz que o texto não está pronto”, diz Zeca.

← Tweet



Gleisi Hoffmann 
@gleisi

As propostas de alteração ao arcabouço fiscal que circulam pela imprensa, defendidas pelo mercado, inviabilizam uma política fiscal anticíclica e voltada para o desenvolvimento do país. Se o relator, deputado Cláudio Cajado, fizer seu relatório com essas alterações, estará fazendo mal ao Brasil

11:49 AM · 10 de mai de 2023 de Brasília, Brasil · 116,5 mil Visualizações

Para petistas, pontos considerados “inegociáveis” são a retirada da regra os gastos com o Fundeb, com o piso da enfermagem e qualquer vedação ao reajuste do salário mínimo. Outros dizem, sob anonimato, que não aceitam sequer os parâmetros que limitam a expansão da despesa a 70% da receita, com o temor de que o governo Lula fique engessado e, por consequência, seja inviabilizado politicamente.

Ainda assim, o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE) não crê que petistas atrapalhem a votação do arcabouço. “Vai ter um estresse, o governo apresentou um texto, eles vão tentar apertar as regras. Vai ficar um puxa daqui, um puxa de lá, mas o que fazer? Vão votar contra?”, afirmou.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 10/05/2023

ESG SEM O G: GOVERNANÇA CORPORATIVA É O PILAR MENOS VALORIZADO, DIZ PESQUISA

Especialistas destacam que empresas refletem os interesses da sociedade e priorizam o social e o ambiental

Por Beatriz Bergamin A. Capirazi

A governança corporativa é o pilar menos valorizado do ESG, segundo uma pesquisa do ManpowerGroup ao qual o Estadão teve acesso. Segundo a entidade, apenas 14% dos entrevistados no Brasil concentram as suas atividades no setor. Em um cenário global, o patamar é de 15%.

A área mais valorizada pelas empresas no Brasil, ainda segundo a pesquisa, seria o social, de acordo com 42% dos entrevistados pelo estudo. Em um contexto mundial, há uma queda para o patamar dos 37%. O meio ambiente seria o segundo ponto mais valorizado no País por 26% dos entrevistados. Em termos mundiais, a perspectiva sobe para 29%.

Para Jansen Moreira, CEO e fundador da startup Incentive.me, o “G” da sigla não recebe a devida atenção por parte do mercado, fator que pode gerar casos problemáticos no sistema organizacional das companhias, como no caso da Americanas.

Governança ‘esquecida’

Para a diretora de gestão estratégica de pessoas do ManpowerGroup, Wilma Dal Col, a priorização das empresas reflete os interesses da sociedade. “Quando falamos de social e ambiental, a própria demanda da população dá o impulso para que estas ações sejam implementadas nas empresas. As organizações se engajam em uma temática que já está presente no dia a dia da sociedade”, diz.

A governança corporativa em si, no entanto, está na rotina das corporações, mas não no dia a dia da sociedade. Por esse motivo, segundo Wilma, o pilar acaba sendo deixado de lado por não ser tão mensurável quanto às duas outras iniciais do ESG.



Wilma dal Col, diretora de gestão estratégica de pessoas do ManpowerGroup Foto: Anderson Timóteo/ManpowerGroup

“As iniciativas de governança parecem não ter tanto ‘brilho’ para o público quanto às iniciativas ambientais e sociais”, diz Jansen Moreira, justificando que, por isso, as próprias empresas acabam dando menos destaque para a governança corporativa nas ações voltadas para ESG realizadas no ambiente corporativo.

Moreira defende que um exemplo prático, do seu ponto de vista, pode estar nas próprias empresas listadas na Bolsa de Valores do Brasil, a B3. “Nos relatórios de empresas, temos mais páginas sobre ações sociais e de meio ambiente do que sobre os próprios resultados financeiros”, afirma.

Aceitação do público

Para Moreira, outro fato que leva a este cenário é a própria natureza de ações sociais e ambientais, que tendem a ser mais bem aceitas pelo público. “A parte de governança é mais difícil você ter uma foto bonita no catálogo de apresentação da empresa”, diz.

O CEO da Incentive.me defende ainda que isso se dá também pela imagem que a empresa deseja passar para os consumidores e para a mídia. Wilma Dal Col é de opinião similar, mas ressalta que há também uma cobrança social natural, tanto da opinião pública quanto dos funcionários.

“As pessoas se preocupam se essa empresa tem um posicionamento ético, trabalha com diversidade, se polui. Para a empresa se tornar mais atrativa, é natural se preocupar mais com estas questões”, explica Dal Col, reforçando que a visibilidade que as ações sociais e ambientais têm na mídia impulsionam as empresas a mostrarem projetos nesse sentido.

Para os especialistas ouvidos pelo Estadão, o rombo financeiro de R\$ 20 bilhões da Americanas, ainda sob investigação judicial, levou as empresas a voltarem a discutir a importância da governança

corporativa, tanto pela transparência que as práticas ESG propõem, assim como a gestão de controle de risco e um conselho alinhado com os valores da empresa.

É preciso compreensão sobre governança

Para a diretora de vocalização e influência do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), Valéria Café, a governança é, sim, valorizada pelas empresas, mas ainda falta compreensão da população sobre a importância deste aspecto nas empresas. “Governança é algo que as pessoas não entendem. Quando se fala em ESG, as pessoas tendem a pensar em pautas sociais e ambientais”.



Valéria Café, diretora de vocalização e influência do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Foto: Regis Filho/IBGC

A professora de pós-graduação do Insper especializada em ESG, Luciana Lima, é de uma opinião similar a de Café. Para ela, não há dificuldade em mensurar o ‘G’, mas é preciso desenvolver a prática para ser do interesse dos gestores das empresas. Neste sentido, Wilma Dal Col reforça que para que a governança corporativa seja mais valorizada, é preciso que todos entendam a sua importância, para não ser vista como algo meramente

burocrático.

“Toda mudança cultural sempre ocorre de cima para baixo. É óbvio que você tem um tempo para maturação, mas se você tiver no topo de uma organização focada em governança corporativa, ele impacta em todos os outros níveis”, explica a porta-voz do ManpowerGroup.

Para Pedro Melo, diretor-geral do IBGC, há, de fato, uma dificuldade de comparação entre os três pilares, mas isso não significa que as companhias não estejam avançando na governança das suas empresas ou interessadas no assunto. “Tem muitas ações sendo feitas. O G é transversal. A transparência, considerada uma das bases da governança corporativa, é o ‘mote’ para que ações voltadas para o meio ambiente e para o social aconteçam”.



Pedro Melo, diretor-geral do IBGC. Foto: Regis Filho/IBGC

Dal Col reforça ainda que as organizações estão em um processo de amadurecimento, mas que a gestão deve, de fato, aderir aos padrões ESG para promover uma governança efetiva.

“Não se pode esquecer que o desenho da governança não é suficiente para dar conta de gerenciar os desafios. Ela precisa sair do papel e tomar corpo no dia a dia, por meio das decisões que são tomadas, dos

modelos de comportamentos adotados, especialmente, pelos gestores do negócio”, afirma a professora do Insper.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 10/05/2023

STF MARCA JULGAMENTO QUE PODE ALTERAR DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA; ENTENDA

Atualmente, demissão por justa causa só pode ser feita se o funcionário cometer uma conduta considerada “grave”

Por Redação

O Supremo Tribunal Federal deve retomar, entre 19 e 26 de maio, o julgamento que pode decidir se os patrões vão precisar apresentar justificativas para demitir um empregado.



STF retomará julgamento sobre demissão sem justa causa em maio Foto: Nelson Jr/STF

O processo dura mais de 25 anos, com diversos pedidos de vista. A ADI 1.625 estava no gabinete do ministro Gilmar Mendes, depois de um pedido de vista feito em outubro do ano passado.

A ação foi apresentada pela Confederação Nacional dos Trabalhados na Agricultura (Contag), em 1997, contra um decreto do ex-presidente

Fernando Henrique Cardoso (PSDB) que ordenou o rompimento do Brasil à Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que veta demissões de funcionários sem apresentar uma “causa justificada relacionada à sua capacidade ou comportamento na empresa”.

A Contag argumenta que o presidente não tem competência para revogar os tratados sem votação prévia no Congresso que autorize esse tipo de medida.

Como é hoje

Atualmente, o patrão pode demitir o funcionário sem apresentar nenhuma justificativa formal.

Segundo a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a demissão por justa causa só pode ser feita se o funcionário cometer alguma conduta considerada “grave”, como ato de indisciplina ou de insubordinação, abandono do emprego, violação de segredo da empresa, embriaguez habitual ou em serviço ou prática constante de jogos de azar, por exemplo.

Nesse caso, o trabalhador perde direito a alguns direitos, como indenização de 40% sobre o FGTS, aviso prévio e seguro-desemprego. O empregado, no entanto, pode discordar e recorrer à Justiça do Trabalho.

Como está a votação

O caso foi interrompido por pedidos de vista. Hoje, o placar está assim: dois ministros consideram que a questão deve ser analisada pelo Congresso (Maurício Corrêa e Ayres Britto), três entendem o decreto como constitucional (Nelson Jobim, Teori Zavascki e Dias Toffoli) e três como inconstitucional (Rosa Weber, Ricardo Lewandowski e Joaquim Barbosa). Até o momento, não há maioria formada.

Quando o caso voltou a ser discutido em outubro de 2022, o ministro Gilmar Mendes apresentou um novo pedido de suspensão do caso. Desde então, a Corte aprovou mudanças no regimento interno que ordenam a devolução desses casos suspensos antes das novas regras ao plenário ainda este ano.

Os votos proferidos por ministros aposentados, como o relator Maurício Correa, Ayres Britto, Nelson Jobim, Joaquim Barbosa e Teori Zavascki estão mantidos, o que impede Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia, Edson Fachin, Luiz Fux e Luís Roberto Barroso, que sucederam esses magistrados, de votarem.

Ainda restam os votos de Gilmar Mendes, Kassio Nunes Marques, André Mendonça. Também é permitido a Rosa e Toffoli mudarem de voto, o que poderia reverter a maioria.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 10/05/2023

PARA 90% DO MERCADO, POLÍTICA ECONÔMICA DO PAÍS ESTÁ NA DIREÇÃO ERRADA, DIZ PESQUISA GENIAL/QUAEST

O arcabouço fiscal apresentado pelo governo Lula foi avaliado como 'negativo' por 48% dos entrevistados, enquanto 49% o veem como 'regular'

Por Marianna Gualter, Italo Bertão Filho e Daniel Tozzi Mendes

A percepção de que a política econômica do País está indo na direção errada abrange 90% do mercado, contra 10% que avaliam que ela está no caminho certo. Os dados são de pesquisa Genial/Quaest referente ao mês de maio. Em março, eram 98% os que consideravam a direção errada e 2% os que consideravam correta.

Entre os levantamentos, os que consideram a capacidade do governo de aprovar sua agenda no Congresso Nacional como regular subiu de 47% para 51% e como baixa de 20% para 39%. Por outro lado, os que a avaliam como alta caíram de 33% para 10%.

Os dados foram coletados entre os dias 4 e 8 de maio. Foram realizadas 92 entrevistas com fundos de investimentos com sede em São Paulo e no Rio de Janeiro, com gestores, economistas, analistas e tomadores de decisão do mercado financeiro.

Questionados sobre a expectativa para a economia nos próximos 12 meses, 61% dos entrevistados acreditam que ela irá piorar, contra 78% na edição anterior. Os que avaliam que ela irá melhorar subiram de 6% para 13% e ficar do mesmo jeito, de 16% para 26%.

A maioria dos consultados, 60%, acredita que o País não corre risco de recessão, contra 40% que acreditam no risco. Em março, a percepção era inversa: 73% acreditavam no risco e 27% não.

Os que avaliam que o governo está preocupado com o controle da inflação caíram de 32% para 20%, enquanto os que não veem a preocupação subiram de 68% para 80%.

Arcabouço fiscal

O arcabouço fiscal apresentado pelo governo Lula foi avaliado como negativo por 48% do mercado financeiro e como regular por 49% dos entrevistados, enquanto apenas 3% consideram o arcabouço como positivo.



Ao todo, 92% acreditam que o arcabouço será aprovado no Congresso e apenas 8% acreditam que não será. Para 53% dos respondentes, é mais ou menos provável que haja o contingenciamento de despesas por frustração de receitas, enquanto que 40% vê isso como muito provável e apenas 8% como improvável.

Arcabouço fiscal apresentado pelo governo Lula foi avaliado como negativo por 48% do mercado financeiro.
Foto: André Dusek/Estadão

Entre os entrevistados, 64% acha que seja improvável que haja criminalização do presidente da República pelo descumprimento de metas, enquanto 26% vê isso como mais ou menos provável e 10% acredita que seja provável.

Para 84%, é improvável que o Congresso inclua limites nos gastos de saúde e educação, enquanto que 15% acham que isso é mais ou menos provável e apenas 1% avalia que seja muito provável.

Além disso, para 70%, a proibição de aumentos reais do salário mínimo por descumprimento de metas é tida como improvável, 44% acham que isso é mais ou menos provável e apenas 2% vê como improvável. A proibição de reajustes de servidores pelo descumprimento é tida como

improvável para 51% dos entrevistados, enquanto 44% entende isso como mais ou menos provável e apenas 5% vê como improvável.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 10/05/2023

CHINA: EXPORTAÇÕES DESACELERAM E IMPORTAÇÕES CAEM EM ABRIL

Resultado das exportações foi melhor do que o esperado, enquanto o de importações foi bem abaixo das projeções de economistas

Por Redação

PEQUIM - As exportações da China apresentaram crescimento de 8,5% em abril ante igual mês do ano passado, após avançarem 14,8% em março, segundo dados divulgados pelo órgão alfandegário do país na terça-feira, 9. O resultado foi melhor do que o esperado por economistas consultados pelo Wall Street Journal, que previam alta de 6%.



China acumulou superávit comercial de US\$ 90,2 bilhões em abril. Foto: Jade Gao/AFP

Também no confronto anual, as importações chinesas tiveram redução de 7,9% em abril, bem abaixo da alta de 0,5% projetada no levantamento do jornal. Em março, as importações caíram 1,4%, na mesma base de comparação.

Em abril, a China acumulou superávit comercial de US\$ 90,2 bilhões, maior do que o saldo positivo de US\$ 88,19 bilhões de março e acima do consenso de

economistas, de US\$ 66,9 bilhões. / DOW JONES NEWSWIRE

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 10/05/2023

GALÍPOLO NO BANCO CENTRAL SERÁ UM ESTRANHO NO NINHO

Indicação tende a dificultar a tarefa da instituição na hora em que a Selic poderia cair

Por Fábio Alves - Dinheiro, consumo e emprego no Brasil e no mundo

A não ser que Gabriel Galípolo, braço direito de Fernando Haddad no Ministério da Fazenda, renegue sua ligação próxima com o presidente Lula e também tudo o que disse no passado em termos de política econômica, a sua indicação para assumir a diretoria de Política Monetária do Banco Central será um grande tiro no pé.

Na segunda-feira, quando seu nome foi anunciado, o dólar subiu 1,37%, passando de R\$ 5,00. Na curva de juros, houve aumento no prêmio de risco nos contratos mais longos de DI, com o vencimento em janeiro de 2029 saltando 14 pontos-base.

Diante da pressão insana de Lula para o BC cortar juros o quanto antes, é provável que a nomeação de Galípolo – mesmo que ele represente uma minoria entre os votos no Copom até o fim do ano – deva gerar muito ruído na comunicação da política monetária, que tem um peso importantíssimo na condução das expectativas de inflação e no movimento dos preços dos ativos, como o dólar e os juros futuros.

Se Galípolo não tivesse tanto peso político e perfil técnico tão ligado a teorias comprovadamente fracassadas em termos de política monetária, talvez o mercado até relevasse essa indicação. Mas ele é muito próximo de Lula. O endosso do presidente da República gerou a especulação de que Galípolo será o indicado a substituir o presidente do BC, Roberto Campos Neto, quando seu mandato acabar, no fim de 2024.



Banco Central tenta trazer a inflação para dentro das metas estabelecidas, e a taxa de juros Selic é a principal ferramenta para tal Foto: DIDA SAMPAIO/ESTADAO

Ele também é visto como discípulo de economistas que fazem arrepiar o viés mais ortodoxo do mercado financeiro: Luiz Gonzaga Belluzzo e André Lara Resende. O primeiro é um entusiasta da Nova Matriz Econômica adotada pelo governo Dilma Rousseff. O segundo defende a Nova Teoria Monetária. O corolário de ambas, na visão do mercado, é a tolerância para maior inflação e política monetária frouxa.

Tudo o que Galípolo falar como diretor do BC causará mais barulho no mercado. E um eventual voto dissidente dele no Copom, a favor de um corte de juros, terá mais repercussão do que a decisão da maioria. Ruídos na comunicação do BC provocam aumento em prêmios de risco e afetam as projeções de inflação.

O nome de Galípolo é um termômetro de como o BC será comandado quando Campos Neto deixar o cargo: leniente com a inflação. Com isso, as expectativas inflacionárias para 2025 e 2026 devem subir. No segundo semestre deste ano, quando se espera o início do corte de juros, o horizonte relevante para a política monetária incluirá, em parte, o ano de 2025. A indicação de Galípolo tende a dificultar a tarefa do BC bem na hora que a taxa Selic poderia começar a cair.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 10/05/2023



VALOR ECONÔMICO (SP)

MAERSK PREVÊ INVESTIMENTO DE R\$ 5,2 BI EM TERMINAIS ATÉ 2026

Presidente global da APM Terminals defende que Porto de Santos está próximo de limite e precisa dobrar capacidade

Por Taís Hirata — De São Paulo



Keith Svendsen, presidente da APM Terminals, da Maersk, diz que prioridade em Santos é renovação do BTP e que aquisição não é foco neste momento — Foto: Gabriel Reis/Valor

A APM Terminals, do grupo Maersk, planeja investir no Brasil, por meio de seus terminais portuários, R\$ 5,2 bilhões até 2026, segundo o presidente global da companhia, Keith Svendsen, que falou com exclusividade ao Valor durante sua visita ao país realizada nesta semana.

Hoje, uma das prioridades da empresa é tirar do papel a renovação antecipada de seu terminal no Porto de Santos, o BTP (Brasil Terminal Portuário), operado em sociedade com a TIL (subsidiária do grupo MSC). A companhia negocia com o governo federal a prorrogação do contrato, que venceria em 2027, por mais 20 anos.



Em troca, a ideia é fazer obras para ampliar e modernizar o terminal, com investimentos de no mínimo R\$ 1,54 bilhão – valor que poderá ser maior, já que a ideia da BTP é fazer intervenções adicionais às obrigatórias. O montante poderá chegar a R\$ 2,2 bilhões, já nos próximos cinco anos, segundo o grupo.

A expectativa da APM é ter uma resposta sobre o processo nas próximas semanas. Questionada sobre o tema, a Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) afirmou que em 2022 recomendou ao Ministério da Infraestrutura “a convalidação do plano de investimentos” do BTP. Procurado, o Ministério de Portos e Aeroportos não se manifestou até o momento.

Na avaliação de Svendsen, há hoje uma necessidade urgente de investimentos no Porto de Santos, tanto para garantir o aprofundamento do canal de acesso – o que irá permitir a entrada dos novos navios, de maior porte e mais eficientes -, quanto para ampliar a capacidade do complexo portuário, que, segundo ele, está perto do limite.

“O porto está 92% cheio hoje. Globalmente, quando um porto atinge 80% de sua capacidade, a operação já fica difícil. Acreditamos que seria preciso dobrar a capacidade de Santos no futuro. Para fazer isso, muitos projetos precisam ser feitos. No curto prazo, nosso foco principal é ampliar a capacidade do terminal [BTP]”, afirmou o presidente.

Para além da ampliação do BTP, a APM tem interesse em um novo terminal de contêineres no porto, o STS 10, localizado em área contígua a seu terminal com a TIL. O novo governo, porém, ainda não definiu o futuro do projeto, que em 2022 foi alvo de forte controvérsia.

No governo passado, a polêmica sobre o terminal se deu justamente em torno da participação da APM e da TIL no leilão. Pela regra definida em 2022, as empresas poderiam disputar individualmente, mas não juntas, como na BTP. Ainda assim, outros operadores portuários se queixaram da possibilidade de os grupos concorrerem e manifestaram temor quanto a uma concentração de mercado de seus controladores, as empresas globais de navegação Maersk e MSC. Ao fim, a licitação acabou não saindo e agora está em reavaliação.

“Caberá ao novo governo e à autoridade portuária definir o plano para o STS 10. Se for um leilão livre, justo e pudermos participar nos mesmos termos de todos os outros grupos, sim gostaríamos de participar”, afirmou Leo Huisman, presidente da APM Terminals Americas.

Já em relação à pressão que a Maersk e a MSC têm sofrido no Brasil, por temores de uma concentração do mercado, Svendsen afirma que a experiência em outros países mostra que a preocupação não tem fundamento.

“Em Rotterdam [porto nos Países Baixos], há alguns anos, fizemos um grande investimento em um novo terminal e mesma argumentação foi trazida. Hoje, passados dez anos, o que se observa é um mercado que se tornou mais competitivo, o que estimulou investimentos em tecnologia e inovação”, disse ele.

Questionado sobre o interesse em eventuais aquisições, como a do terminal da Santos Brasil, Svendsen disse que o foco hoje é a BTP. “Nosso foco primário é modernizar o BTP. O terminal da Santos Brasil é ótimo, certamente haverá muitos interessados. Mas isso não vai ampliar a capacidade do Porto de Santos, seria apenas uma troca de propriedade. O que o porto precisa é de mais capacidade”, afirmou o executivo.

Atualmente, para além da BTP, a APM já opera cinco terminais portuários no Brasil: Itajaí (SC), Itapoá (SC), Paranaguá (PR), Rio Grande (RS) e Pecém (CE).

Além disso, o grupo se prepara para construir um novo terminal em Suape (PE), em uma área do Estaleiro Atlântico Sul (EAS) que está em fase final de aquisição. O investimento total previsto é de R\$ 2,6 bilhões. Para a primeira etapa – contemplada no plano de R\$ 5,2 bilhões do grupo -, a ideia é

alocar R\$ 1,6 bilhão no terminal, que será construído desde o zero. “É um projeto estimulante, estamos rejuvenescendo uma infraestrutura antiga e ampliando a concorrência no porto.”

Para além dos dois grandes investimentos – em Santos e Suape -, o pacote de investimentos da companhia para o Brasil também prevê multiplicar por cinco a capacidade de armazenagem no Nordeste e Sudeste do país, além de realizar melhorias no terminal de Itapoá, em logística e serviços.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 10/05/2023

LIRA DIZ QUE PLENÁRIO DA CÂMARA VAI CUIDAR DO LEGADO DE REFORMAS FEITAS NOS ÚLTIMOS ANOS

Ele afirmou ainda que a proposta de arcabouço fiscal enviada pelo governo tem “espinha dorsal bem feita”

Por Alex Ribeiro, Valor — Nova York



Lira — Foto: Marina Ramos/Câmara dos Deputados

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, reiterou na tarde desta quarta-feira que o Congresso não vai admitir retrocesso em reformas que foram feitas nos últimos anos.

“O plenário da Câmara tem um perfil de conservadores, que vão cuidar do legado de reformas que foram feitas”, disse Lira, no

Brazil Summit, organizado pelo Financial Times em parceria com o Valor.

Ele afirmou que a proposta de arcabouço fiscal enviada pelo governo tem “espinha dorsal bem feita”, mas será naturalmente complementado pelo trabalho no Congresso no que diz respeito à responsabilidade quando as metas e limites não forem cumpridos.

“O governo terá obrigações claras para quando não forem cumpridas as metas”, disse ele. “Não no CPF, no governo.”

Lira disse que é sua “obrigação” colocar em pauta a reforma tributária, que é um tema “delicado”. Segundo ele, as opções são “fazer uma reforma mais dura com prazo de transição maior” ou “uma reforma possível, com transição menor”. “O Brasil vai dar um passo para atrair investimentos”, afirmou Lira.

Ele voltou a dizer que a reforma administrativa está pronta para ser voltada, mas ponderou que não está havendo um apoio mais claro da sociedade para a sua aprovação, enquanto que sindicatos e grupos de interesse do funcionalismo estão combatendo a proposta de forma mais vocal.

“Por enquanto, vai ficar parada”, afirmou. “Você não pode pegar dez brigas ao mesmo tempo. Você acaba levando murro de um lado e de outro, acaba no chão.”

Ele voltou a dizer que a reforma administrativa proposta poupa os atuais funcionários. “Ela não prejudica ninguém que está hoje, só muda para os novos entrantes”, disse.

Questionado sobre o futuro da direita no Brasil, o presidente da Câmara disse que, na hipótese de o ex-presidente Jair Bolsonaro ser declarado inelegível pelo TSE, ele teria mais força como um eleitor do que propriamente como um candidato.

Segundo ele, até as eleições, haveria tempo para outras lideranças se fortalecerem, como os governadores de São Paulo, Rio de Janeiro ou Minas Gerais, com a vantagem de cometerem “menos erros que o presidente Bolsonaro em sua campanha”.

“Com o presidente Bolsonaro como eleitor, vai ficar difícil para quem quiser disputar a eleição [do outro lado]”, disse.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 10/05/2023

DONO DA PE DIZ QUE PLANEJA NOVA FÁBRICA DE CELULOSE NO BRASIL

Investimento seria da ordem de US\$ 4 bilhões

Por Stella Fontes, Valor — São Paulo

O empresário indonésio Jackson Wijaya, dono da Paper Excellence (PE), que é sócia da J&F Investimentos na Eldorado Brasil, disse nesta quarta-feira, em café da manhã com governadores brasileiros em Nova York, que planeja investir US\$ 4 bilhões (cerca de R\$ 20 bilhões, ao câmbio atual) em uma nova fábrica de celulose no país.

A PE já havia anunciado planos de investir R\$ 16 bilhões para mais que dobrar a capacidade de produção da fábrica da Eldorado em Três Lagoas (MS), dando sequência ao projeto que começou a ser desenhado antes de a J&F colocar a companhia à venda.

As sócias disputam na Justiça o controle da produtora brasileira de celulose. A PE já venceu uma arbitragem contra a J&F, que tenta agora anular o procedimento.

No encontro, Wijaya disse que a PE está conduzindo estudos para definir em qual Estado será erguida a nova unidade, com capacidade produtiva de 2,5 milhões de toneladas por ano. Segundo o empresário, o investimento deve gerar mais de 2,5 mil empregos diretos.

Participaram do café da manhã os governadores Renato Casagrande (Espírito Santo), Helder Barbalho (Pará), Mauro Mendes (Mato Grosso), Eduardo Leite (Rio Grande do Sul) e Cláudio Castro (RJ), além do presidente da PE no Brasil, Claudio Cotrim.

Na terça-feira, Cotrim participou de encontro do Lide Brazil em Nova York. No café da manhã desta quarta-feira, Wijaya fez uma apresentação da PE para os governadores e falou sobre os planos para o país.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 10/05/2023

RUI COSTA RECONHECE ERRO E DIZ QUE ATRASO EM EMENDAS E CARGOS ATRAPALHA RELAÇÃO COM CONGRESSO

Após as derrotas no Congresso, o governo começou a chamar as bancadas para conversar no Planalto

Por Fabio Murakawa e Renan Truffi, Valor — Brasília



Ministro da Casa Civil, Rui Costa José Cruz/Agência Brasil

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, disse nesta quarta-feira (10) que o atraso no empenho de emendas e em nomeações de cargos nos Estados tem prejudicado o Palácio do Planalto em sua relação com o Congresso. Ele falou em entrevista à Globonews e reconheceu “erro” do governo na votação que derrubou trechos do

decreto presidencial que alteravam o marco do saneamento, na semana passada, na Câmara.

“Eu diria que não foram empenhadas as emendas no prazo e na expectativa que os parlamentares tinham, mas as coisas estão sendo azeitadas”, disse.

“Hoje mesmo estão sendo feitas reuniões, semana que vem também serão feitas novas reuniões para alinhar esse ritmo do relacionamento com o Congresso nas liberações das emendas, nas nomeações dos diversos ministérios.”

Após as derrotas, o governo começou a chamar as bancadas para conversar no Planalto. Nesta quarta, líderes do PSB estiveram com o vice-presidente, Geraldo Alckmin, o ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, e o secretário-executivo do Ministério da Justiça, Ricardo Cappelli, que representou o ministro da Justiça, Flávio Dino.

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, recebe nessa quarta a liderança da bancada do PSD no Congresso, partido dos ministros de Minas e Energia, Alexandre Silveira, da Agricultura, Carlos Fávaro, e da Pesca, André de Paula.

Ao comentar a derrubada dos decretos presidenciais que alteravam o marco do saneamento, Rui Costa reconheceu.

“Eu acho que temos que reconhecer um erro nosso. Eu tinha pedido duas ou três vezes que nós fizessemos antecipadamente uma reunião com os líderes para apresentar o decreto. E pelo excesso de trabalho essa reunião e pela agenda dos parlamentares não conseguimos fazer essa reunião com antecedência”, afirmou.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 10/05/2023

FT: DEMANDA CHINESA FRACA EMPURRA PREÇOS DO MINÉRIO DE FERRO PARA MÍNIMA DE CINCO MESES

Preço da matéria-prima do aço no porto de Qingdao, na China, caiu para US\$ 102,7 na semana passada, redução de 23% em relação à alta recente de março, e subiu para US\$ 107,9 no fechamento de segunda-feira (8)

Por Leslie Hook, Hudson Lockett e Cheng Leng, Financial Times — Londres e Hong Kong



Minério de ferro — Foto: Bloomberg

Os preços do minério de ferro na China caíram aos níveis mais baixos em cinco meses, com a demanda fraca contribuindo para as evidências de que a recuperação econômica do país depois dos “lockdowns” da covid-19 pode estar titubeando.

Após a forte produção de aço no primeiro trimestre, o otimismo e a atividade que se seguiram ao fim dos lockdowns diminuíram, levando a um “colapso” do mercado de aço e gerando dúvidas quanto à

durabilidade da recuperação econômica chinesa.

O preço do minério de ferro entregue no porto de Qingdao, no norte da China, caiu para US\$ 102,7 na semana passada, redução de 23% em relação à alta recente de março, recuperando-se ligeiramente para US\$ 107,9 no fechamento dos negócios na segunda-feira (8).

A referência é considerada um fator importante na formação dos preços para o mercado mundial porque a China é a maior consumidora de minério de ferro, o ingrediente crucial na produção do aço.



O minério de ferro é também um importante gerador de lucros para companhias mineradoras ocidentais como BHP, Rio Tinto e Vale.

Normalmente, março e abril são os meses de pico de produção para o mercado siderúrgico chinês, mas este ano as usinas do país cortaram a produção em abril, depois que a redução da demanda por aço tornou mais difícil para elas obter lucros.

No primeiro trimestre, a produção de aço das usinas chinesas foi 6,1% maior do que no mesmo período do ano passado, alcançando 262 milhões de toneladas, mas os pedidos dos clientes não acompanharam esse ritmo, segundo a Associação do Ferro e do Aço da China.

“A demanda por aço despencou desde o começo de abril”, disse um trader de Hong Kong. “O mercado esperava um aumento de 10% na demanda por aço para infraestrutura [este ano], mas nossa estimativa mais otimista é de 2%.”

A atividade manufatureira da China perdeu força em abril, com o índice dos gerentes de compras que mede a atividade industrial caindo de 51,0 pontos em março para 49,2 em abril. Uma leitura abaixo de 50 pontos indica contração.

No setor da construção, que responde por cerca de metade da demanda chinesa por aço, o crescimento tem sido mais lento que o esperado. Os inícios de novas construções em março foram 29,1% menores do que mesmo período do ano passado.

A demanda por aço do setor automobilístico, que responde por 10% a 15% do consumo de aço chinês, também está fraca.

A desaceleração nos setores industrial e da construção acontece apesar de a China ter anunciado no mês passado um crescimento trimestral anualizado do PIB de 4,5%, bem acima das expectativas dos analistas, que previam crescimento de 4%. No entanto, muitos investidores estão preocupados com a capacidade de sustentação desse ritmo de crescimento.

Mudanças estruturais na economia chinesa à medida que ela desenvolve seu setor de serviços também reduzirão a demanda por aço com o tempo, segundo Tom Price, analista da Liberum. “A maioria dos setores que usam o aço – construção e infraestrutura – já estão erguidos”, disse ele.

A produção de aço da China no ano passado caiu 2% para 1,01 bilhão de toneladas, segundo a Associação Mundial do Aço, em parte devido aos cortes de produção ordenados pelo governo.

Erik Hedborg, um analista de minério de ferro da consultoria Cru, disse que a demanda fraca na Coreia do Sul e no Japão – onde a escassez de semicondutores desacelerou a produção automobilística – também contribuiu para a queda dos preços do minério de ferro em toda a Ásia.

“Estamos em um período de normalização” depois de vários anos de preços relativamente altos, disse Hedborg. “Acreditamos que os preços do minério de ferro ficarão abaixo de US\$ 100 neste ano, mas há também um limite para essa queda.”

Dentro da China, uma campanha da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma para derrubar os preços do minério de ferro também teve um impacto, embora não seja a principal razão da queda, segundo participantes do mercado.

Uma fonte próxima da Comissão disse estar pessimista com as perspectivas para o minério de ferro e acredita que a demanda da China por aço atingirá o pico em breve. “A demanda enfrenta um colapso”, disse a fonte.

No começo de março, a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma publicou declarações de advertência culpando a “especulação de mercado” pela alta dos preços, e em abril ela alertou os

operadores no mercado futuro para “exageros” nos preços do minério de ferro, afirmando que iria intensificar sua supervisão do mercado.

“O maior escrutínio da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma sobre os preços do minério de ferro também impactou o mercado”, disse Siew Hua Seah, diretor da Argus Ferrous Markets, observando que as “tradings” foram alertadas pela Comissão para não “acumular” commodities e aumentar os preços.

Para companhias mineradoras como Rio Tinto, BHP e Vale, que vendem minério de ferro para a China, a produção continua sendo bastante lucrativa aos atuais preços. O presidente-executivo da Rio Tinto, Jakob Stausholm, disse não estar “muito preocupado” com a queda nos preços.

“O que vocês viram nas últimas semanas foi que várias siderúrgicas aproveitaram a oportunidade para fazer uma pequena paralisação”, disse ele em resposta a perguntas na assembleia anual de acionistas da Rio Tinto em 4 de maio. “Poderá haver um uso um pouco menor de minério de ferro por ora, mas isso pode voltar em um mês ou dois.”

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 10/05/2023

APM, DA MAERSK, PREVÊ INVESTIR R\$ 5,2 BI NO PAÍS

Uma das prioridades da empresa é tirar do papel a renovação antecipada de seu terminal no Porto de Santos, o BTP, operado em sociedade com a TIL, subsidiária do grupo MSC
Por Taís Hirata — De São Paulo

AAPM Terminals, do grupo Maersk, planeja investir R\$ 5,2 bilhões no país até 2026, disse ao Valor o presidente global da companhia, Keith Svendsen. No momento, o foco é a renovação antecipada do BTP (Brasil Terminal Portuário), no Porto de Santos, operado em sociedade com a TIL, do grupo MSC. Em troca de mais 20 anos de concessão, empresa se compromete com investimento mínimo de R\$ 1,5 bilhão, mas que pode ir a R\$ 2,2 bilhões. Além de Santos, a APM opera outros cinco terminais no país.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 10/05/2023

EMPRESA PEDE TEMPO PARA DECIDIR SOBRE GALEÃO

Concessionária quer mais prazo para decidir se fica ou não com gestão do aeroporto
Por Paula Martini e Rafael Bitencourt — Do Rio e de Brasília



Fila no check-in do aeroporto do Galeão, no Rio: concessionária ainda não decidiu se fica ou não com o serviço — Foto: Fernando Lemos/Agência O Globo

A RioGaleão, que administra o aeroporto internacional do Rio, pediu mais tempo para dizer ao Ministério de Portos e Aeroportos se permanece ou não com o terminal, segundo fontes do governo a par das discussões sobre a sustentabilidade da operação.

No dia 27 de abril, representantes da empresa que se reuniram com o ministro dos Portos e Aeroportos, Márcio França, haviam pedido dez dias para analisar as propostas do governo federal. Agora, segundo os relatos, a concessionária quer mais tempo para consultar os controladores da Changi, que estão baseados em Cingapura. O pedido foi aceito pelo ministro apesar de o governo insistir que deseja uma solução rápida para o problema.



Ontem, em Brasília, deputados da bancada fluminense na Câmara dos Deputados fizeram coro com autoridades do setor de turismo e da indústria do Estado para cobrar rápida solução para o conflito envolvendo a divisão do fluxo de passageiros nos aeroportos de Galeão e Santos Dumont - ponto central da crise que atinge o terminal.

“A gente já concorda em muito mais de 90% do que deve ser a solução”

— Juliano Noman

Durante audiência na Comissão de Viação e Transportes, representantes do Ministério de Portos e Aeroportos e da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) foram pressionados a acelerar as negociações em torno do impasse.

O deputado Bebeto Rodrigues (PP-RJ) chamou a atenção para o “evidente desequilíbrio” na divisão de linhas aéreas internacionais que “afeta fortemente” o turismo e até a da indústria da região, que depende de passageiros e cargas importadas.

A falta de planejamento que leva ao esvaziamento do Galeão e ao gargalo no Santos Dumont também foi criticada pelo presidente da Embratur, Marcelo Freixo. Ele afirmou que a situação dos aeroportos afeta não só o potencial do turismo no Estado como no país como um todo, já que o Rio é a “porta de entrada” do turista estrangeiro para o país.

A subsecretária de Regulação e Ambiente de Negócios da prefeitura do Rio de Janeiro, Carina Quirino, que participa das conversas com a União, admitiu que ainda há “pontos de divergências” a serem superados. “Precisamos construir política pública para que esses aeroportos coexistam”, afirmou.

Já o novo secretário nacional de aviação civil, do Ministério de Portos e Aeroportos, Juliano Noman, demonstrou otimismo e disse que o impasse está perto do fim. “A gente já concorda em muito mais de 90% do que deve ser a solução”, disse Noman, que até recentemente era presidente da Anac.

Está prevista para semana que vem, dia 16 de maio, uma reunião entre França, o governador do Rio, Cláudio Castro, e o prefeito da cidade, Eduardo Paes, para discutir modelos de incentivo ao Galeão. Um dos pleitos das autoridades locais é restrição de voos no aeroporto Santos Dumont. A expectativa é que após a reunião sejam anunciadas medidas para recuperar o patamar de voos do aeroporto internacional, mas eventual demora da concessionária na resposta se fica ou não na concessão poderia atrasar o anúncio de medidas concretas pelo governo, avaliam as fontes. A RioGaleão foi procurada para comentar o assunto, mas não respondeu aos questionamentos do Valor até o conclusão desta edição.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 10/05/2023



AGÊNCIA BRASIL - DF

INDÚSTRIA BRASILEIRA CRESCE 1,1% EM MARÇO APÓS DUAS QUEDAS SEGUIDAS

Na comparação com março de 2022, crescimento foi de 0,9%

Por Vitor Abdala - Repórter da Agência Brasil - Rio de Janeiro

A produção industrial brasileira teve alta de 1,1% em março deste ano, na comparação com o mês anterior. A alta veio depois de duas quedas consecutivas (em janeiro e fevereiro) e um mês de estabilidade (dezembro de 2022). Os dados são da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), divulgada nesta quarta-feira (10) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



O setor também apresentou crescimento na comparação com março de 2022 (0,9%). No entanto, a produção acumula queda de 0,4% no ano e estabilidade no acumulado de 12 meses.

Na comparação com fevereiro deste ano, a indústria avançou em 16 dos 25 ramos pesquisados, com destaque para as atividades de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (1,7%), máquinas e equipamentos (5,1%) e equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (6,7%).

Outras influências relevantes para o crescimento da indústria vieram de produtos farmoquímicos e farmacêuticos (3,2%), outros equipamentos de transporte (4,8%), produtos químicos (0,6%), couro, artigos para viagem e calçados (2,8%) e de produtos de minerais não metálicos (1,2%).

Um segmento manteve-se estável (produtos diversos) e oito apresentaram queda, entre eles confecção de artigos do vestuário e acessórios (-4,7%), móveis (-4,3%) e produtos de metal (-1%).

Entre as quatro grandes categorias econômicas da indústria, três tiveram alta de fevereiro para março: bens de capital, isto é, as máquinas e equipamentos usados no setor produtivo (6,3%), bens intermediários, isto é, os insumos industrializados usados no setor produtivo (0,9%) e os bens de consumo duráveis (2,5%).

A exceção ficou com os bens de consumo semi e não duráveis, que recuaram 0,5% no período.

Segundo o pesquisador do IBGE André Macedo, apesar da alta de março, ela não foi suficiente para recuperar as perdas recentes. Ele afirma que há elementos na conjuntura do país que explicam parte das dificuldades na recuperação do setor industrial brasileiro.

“Ainda permanecem no nosso escopo de análise as questões conjunturais, como a taxa de juros em patamares mais elevados, que dificultam o acesso ao crédito, a taxa alta de inadimplência e o maior nível de endividamento por parte das famílias, assim como o grande número de pessoas fora mercado de trabalho e a alta informalidade”, informou o pesquisador, segundo nota divulgada pelo IBGE.

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 10/05/2023

CAMEX ZERA IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO PARA 628 MÁQUINAS INDUSTRIAIS

Maioria dos produtos é proveniente dos EUA, China, Alemanha e Itália

Por Agência Brasil - Brasília

O Comitê Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior decidiu zerar, até 31 de dezembro de 2025, o imposto de importação de 628 máquinas e equipamentos. Cerca de 80% dos bens não são produzidos no Brasil.

De acordo com a Camex, a redução tarifária irá possibilitar que empresas importem bens avaliados em mais de US\$ 800 milhões. Dos 40 setores da economia a serem beneficiados, estão metalurgia, eletricidades e gás, automóveis, celulose e papel.

A maioria dos produtos é proveniente dos Estados Unidos, da China, da Alemanha e da Itália.

Dos 628 equipamentos que terão imposto de importação zerado, 564 são industriais com fabricação no exterior e 64 de informática e telecomunicações.

Cápsulas de gelatina e concentrado de proteína

O comitê aprovou ainda medida antidumping para cápsulas de gelatina usadas na ingestão de remédios e suplementos. Desta forma, o insumo, que é importado do México e dos Estados Unidos, passará a ser sobretaxado para evitar prejuízo à indústria nacional.

“Após uma investigação realizada pelas autoridades brasileiras do Departamento de Defesa Comercial (Decom) da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do MDIC, foi verificada existência de dumping, considerada uma prática desleal de comércio”, aponta nota da Camex.

A medida terá duração de cinco anos para o insumo, comumente usados em farmácias de manipulação, suplementos alimentares e produtos veterinários

Em relação à concentrados de proteínas, o Gecex excluiu o produto da Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum do Mercosul (Letec), depois de verificar-se a capacidade de produção no país.

“Segundo a Camex, a inclusão deste produto na Letec com alíquota de 0% causou prejuízos à indústria doméstica e, por isso, agora retorna para a tarifa consolidada no Mercosul (11,2%). Isso permitirá ao setor produtivo concorrer em maior igualdade de condições de preço e continuar investindo no aumento da capacidade produtiva e geração de emprego e renda no país”.

Os concentrados estão presentes em proteínas de soja, consumidas por esportistas.

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 10/05/2023

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

MOVIMENTAÇÃO PORTUÁRIA FECHA O PRIMEIRO TRIMESTRE COM BALANÇO POSITIVO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 10/05/2023 - 19:56



Crescimento de 1,64% é impulsionado pelo mês de março, que registrou aumento de 8,26% em comparação ao mesmo período de 2022

Entre janeiro e março de 2023 o setor portuário movimentou 279.5 milhões de toneladas. O número representa um acréscimo de 1,64% em comparação com o mesmo período de 2022 (275 milhões de toneladas). Os dados são do Painel Estatístico Aquaviário de da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

O aumento de movimentação no primeiro trimestre de 2023 foi marcado principalmente pelo mês de março. Neste período a movimentação foi de 104,5 milhões de toneladas, o que representa um aumento de 8,26% em comparação ao mesmo mês do ano anterior.

O destaque positivo no trimestre nas mercadorias foi para o minério de ferro que, ao longo deste período, movimentou 75,8 milhões de toneladas, representando um acréscimo de 1,48% em relação a 2022.

Outras cargas de destaque são o Milho que movimentou 8,9 milhões de toneladas (crescimento de 155,34%); Farelo de Soja com 4,5 milhões de toneladas movimentadas (aumento de 3,86%) e Petróleo (Óleo bruto), movimentação de 48,9 milhões de toneladas (variação positiva de 11,11%).

Tipos de Navegação

A navegação Interior movimentou 19,2 milhões de toneladas, o que representa uma variação positiva de 9.62%, em comparação a 2022. A navegação de Longo Curso, por sua vez, trouxe um crescimento de 1,6% com uma movimentação entre janeiro e março de 190,7 milhões de toneladas. Já a Cabotagem movimentou 68,9 milhões de toneladas, registrando leve queda de 0,09%.



Portos Organizados

Os portos organizados movimentaram 96,84 milhões de toneladas no primeiro trimestre de 2023, representando 0,2% de crescimento quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Porto de São Francisco do Sul - SC: foi o grande destaque dos portos públicos com 3,7 milhões de toneladas movimentadas, o que representa um crescimento de 24,53% em comparação ao primeiro trimestre de 2022. Porto de Santarém e Itaquí fecham o pódio com movimentações de 3,7 milhões (+22) e 7,2 milhões (+16,3) de toneladas movimentadas.

Portos autorizados

Os Terminais de Uso Privado (TUPs) movimentaram 182,638 milhões de toneladas entre janeiro e março de 2023, o que representa um crescimento de 2,42% em comparação a 2023.

Dentre as instalações portuárias com crescimento significativo destacam-se o Terminal de Tubarão-SC com 16,5 milhões de toneladas movimentadas e crescimento de 26,0%; o Terminal de Petróleo Tpet/Toil, localizado no Porto do Açu no Rio de Janeiro, com movimentação de 9,1 milhões de toneladas e crescimento de 61,1%; e, o Terminal Porto Sudeste do Brasil S/A – RJ, com 5,2 milhões de toneladas e crescimento de 31,1%. O terminal de contêineres da Portonave é o destaque nesse perfil de carga, com uma movimentação de 3,5 milhões de toneladas (ou 310.393 TEU) e crescimento de 20,2%.

Agronegócio

O setor agrícola movimentou 70,36 milhões de toneladas em março, representando um aumento de 5,35% em comparação ao mesmo período de 2022. Milho foi o produto que registrou o maior aumento de movimentação: ao todo, foram 8,9 milhões de toneladas movimentadas (alta de 155,34% quando comparado a março do ano anterior).

Outros produtos que registraram crescimento nesse período foram semente e frutos oleaginosos e óleo de soja. O primeiro movimentou 1,15 milhões de toneladas (+85,86%) e 736,5 mil toneladas (+45,67%).

Minerais

O setor portuário movimentou 93,97 milhões de toneladas de minerais em março de 2023. O número representa um acréscimo de 1,33% em comparação ao ano anterior. O crescimento foi puxado pelo aumento da movimentação do minério de ferro, que movimentou 75,83 milhões de toneladas (+1,48%) ao longo do mês.

Já a bauxita e Ferro e Aço apresentaram queda de 2,43% e 2,02%, com movimentação de 7,65 milhões de toneladas e 5,84 milhões de toneladas, respectivamente.

Painel Estatístico

De acordo com o diretor-geral da ANTAQ, Eduardo Nery, o painel estatístico é uma importante ferramenta de conhecimento do setor aquaviário da Agência.

“As análises e dados coletados, cujo estudos e coleta de dados são referência internacional, permitem que a agência forneça dados consolidados do setor aquaviário nacional. Também trazem um conhecimento aprofundado, permitindo uma atuação direta e assertiva por parte da ANTAQ nas diversas regiões brasileiras”, disse.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/05/2023

MOVIMENTAÇÃO PORTUÁRIA CRESCE NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2023

Da Redação *PORTOS E LOGÍSTICA* 10/05/2023 - 19:53



Com base nos dados do Painel Estatístico Aquaviário da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), a movimentação portuária no Brasil no primeiro trimestre deste ano cresceu em relação ao mesmo período do ano passado. O aumento foi de 1,64% no total de cargas movimentadas, totalizando cerca de 279,5 milhões de toneladas de mercadorias.

Em relação à composição do que foi transportado, cerca de um terço do total, 75,8 milhões de toneladas, foi de minério de ferro, seguido por milho, farelo de soja, petróleo bruto e derivados de petróleo, além de contêineres e outras cargas gerais.

O ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, defendeu a expectativa de manter esse crescimento a partir dos investimentos e políticas que estão previstas para o setor pelo novo Governo Federal. "O Brasil voltou! O crescimento voltou! Importante destacar que há planos para modernizar e ampliar a infraestrutura dos portos, com a intenção de aumentar a capacidade de movimentação de cargas e reduzir os custos logísticos, gerar empregos e impulsionar a economia", afirmou.

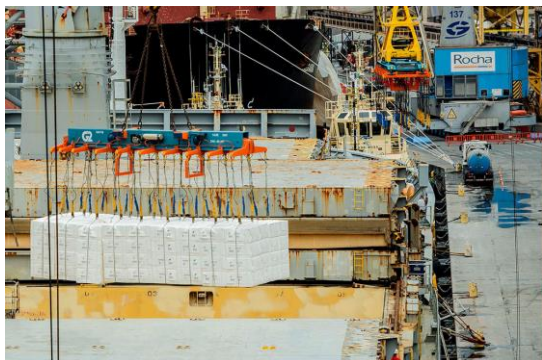
Além disso, França também reforçou a importância da manutenção das autoridades portuárias públicas, como forma de garantir a transparência e eficiência na gestão dos portos brasileiros, e a aplicação do lucro das operações em melhorias no setor.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/05/2023

PAPER EXCELLENCE ANUNCIA INVESTIMENTO DE R\$ 20 BILHÕES EM PROJETO DE CELULOSE NO BRASIL

Da Redação *ECONOMIA* 10/05/2023 - 19:51



O empresário Jackson Wijaya, fundador da Paper Excellence e acionista da Eldorado Celulose, se reuniu, nesta quarta-feira (10), com autoridades brasileiras em um café da manhã, em Nova York, acompanhado pelo CEO da empresa no Brasil, Claudio Cotrim. Wijaya falou sobre seus planos de realizar novos investimentos estratégicos no país, além da construção da nova linha de produção da Eldorado Celulose já prevista para o Mato Grosso do Sul.

"Temos planos de investir US\$ 4 bilhões em um novo projeto no Brasil de 2,5 milhões de toneladas de celulose", revelou Jackson Wijaya no encontro. A Paper está estudando a melhor região para o novo investimento, que vai gerar mais de 2,5 mil empregos diretos, sem falar dos indiretos que serão contratados durante as obras.

No encontro, Wijaya também comentou sobre a responsabilidade socioambiental e as iniciativas globais da Paper dentro da estratégia ESG e descarbonização em cada região de atuação.

Desde sua criação em 2006, a Paper vem realizando recorrentes investimentos ambientais e aprimoramentos operacionais em suas instalações — o que garantiu à companhia o recente Prêmio BC Cleantech Awards 2023, no Canadá, por inovações nos segmentos de energia limpa e sustentável. Atualmente, 96% do consumo de energia elétrica de todo o grupo é renovável, além de 100% das operações florestais contarem com certificação internacional.

A Paper Excellence é uma das maiores e mais diversificadas produtoras de papel e celulose do mundo. Presente em quatro países (Canadá, EUA, França e Brasil), tem 60 fábricas e mais de 2 mil funcionários. No Brasil, investiu R\$ 15 bilhões na aquisição da Eldorado Celulose, e irá investir outros R\$ 16 bilhões na construção da segunda linha de produção na unidade, gerando cerca de 2,6 mil empregos diretos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/05/2023

CGN BRASIL PRETENDE INVESTIR EM PLANTA DE HIDROGÊNIO VERDE NA BAHIA

Da Redação ECONOMIA 10/05/2023 - 19:49



Com nove parques de energia eólica e solar espalhados pelo território brasileiro, a CGN Brasil estuda investir em um novo tipo de energia limpa

Na terça-feira (9), o CEO da CGN Brasil, Yao Zhigang, encontrou-se com o governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues, para formalizar o interesse da empresa chinesa em investir em uma planta de hidrogênio verde no estado. O projeto faz parte de uma iniciativa para aumentar a produção de energia limpa e sustentável na região.

“A transição energética é uma pauta de interesse nacional, do presidente Lula e do Governo da Bahia. Por isso, precisamos continuar contribuindo para que cada vez mais empresas possam se estabelecer e desenvolver projetos de energia limpa no estado”, afirmou o governador.

A Bahia tem potencial para produzir mais de 60 milhões de toneladas de hidrogênio verde por ano, segundo dados do Senai Cimatec. “A maior parte da energia solar e eólica produzida pela CGN Brasil vem da Bahia, porém ainda não possuímos uma planta de hidrogênio verde no local e essa proposta reforça o nosso comprometimento e participação na economia do estado”, garante André Martini, diretor de Desenvolvimento de Negócios da CGN Brasil.

A assinatura que vai formalizar o aceite da proposta da CGN Brasil pelo governo da Bahia deve acontecer no dia 30 de maio, durante evento que celebra a inauguração do Complexo Eólico de Tanque Novo, quarta planta da empresa na Bahia e a primeira a ser entregue ao estado após a pandemia.

“Estamos implantando um dos mais modernos e produtivos parques eólicos do Brasil e o Governo da Bahia tem sido um parceiro fundamental no sucesso dessa operação, por isso pretendemos ampliar nossa presença no estado”, disse Yao Zhigang.

Hidrogênio Verde no Brasil

O Brasil é o país com o custo de produção mais baixo do mundo para o hidrogênio verde, devido ao grande potencial para produção de energia solar e eólica do território nacional. O hidrogênio verde permite uma mudança de matriz energética, com produto premium e selo verde, que além de gerar energia limpa e servir como insumo para a produção de combustível, também pode ser usado para produzir fertilizantes verdes, a partir da amônia.

Atualmente o Brasil possui projetos-piloto para a produção de hidrogênio verde na Bahia, no Ceará e no Rio de Janeiro. “Acreditamos que até 2030 podemos alcançar uma produção nacional em larga escala e estamos preparados para entrar nesse mercado em ascensão”, complementa Martini.

Em parceria com uma empresa de desenvolvimento de projetos renováveis da Bahia, a CGN Brasil Energia já mapeou a possibilidade de gerar até 14 gigawatts (volume equivalente ao de Itaipu) para produzir hidrogênio verde.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/05/2023

CLIMA E ATRASOS NA COLHEITA IMPACTAM TRANSPORTE DE CARGAS POR TRILHOS NO 1º TRIMESTRE

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 10/05/2023 - 19:43



Arquivo/Divulgação

Queda medida em TKU foi de quase 3%, segundo dados das associadas à ANTF. De janeiro a março de 2023, mais de 60% da soja e 50% da celulose exportados chegaram aos portos brasileiros por ferrovia

A produção ferroviária das concessionárias associadas à ANTF apresentou queda de 2,9% no primeiro trimestre. A Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários registrou 78.927 milhões TKU (tonelada por quilômetro útil), ante 81.321 milhões TKU nos três primeiros meses do ano passado. De acordo com a ANTF, o resultado reflete impactos climáticos na produção e no carregamento, além de atrasos da colheita e do início da safra de produtos como a soja. Entre os principais grupos de mercadorias transportados por trilhos, a maior queda foi registrada no segmento de combustíveis (-11,3%), totalizando 1.689 milhões TKU, contra 1.903 milhões TKU no primeiro trimestre de 2022.

Nos três primeiros meses de 2023, o volume total movimentado pelas concessionárias de ferrovia associadas à ANTF, medido em toneladas úteis (TU) — revelou um crescimento de 0,2%, quando comparado ao mesmo período de 2022. Milho, açúcar e celulose foram três dos produtos que registraram as maiores altas em termos de volumes de transporte. O levantamento consolida dados de produção das associadas Ferrovia Tereza Cristina, MRS Logística, Rumo, Transnordestina Logística, VLI Logística e Vale.

A segunda maior queda foi no transporte ferroviário de contêineres, que movimentou 6.780 milhões TKU, 8,7% abaixo dos 1.036 milhões TKU, na mesma base de comparação. A queda no transporte de granéis agrícolas foi de 5,1%: 17.349 milhões TKU nos três primeiros meses de 2023, contra 18.277 milhões TKU no primeiro trimestre do ano passado.

A menor queda foi nas operações minério de ferro, que transportou 52.163 milhões TKU, 2,7% abaixo do volume registrado de janeiro a março de 2022 (53.589 milhões TKU). Esse segmento manteve os 66% de participação entre todas as categorias de cargas verificadas. O setor agrícola, extração vegetal e celulose representam juntos 26%, enquanto os 8% restantes correspondem às demais categorias. A ANTF ressaltou que, apesar da redução de 2,7% do transporte por trilhos de minério de ferro no acumulado do 1º trimestre, o mês de março registrou um crescimento de 1,3% diante do mesmo mês de 2022, e de 8% na comparação com fevereiro de 2023.

Março apresentou crescimento de 19% no transporte de carga geral sobre fevereiro e, em relação a março de 2022, queda de 0,1%. Apesar da redução de 3,5% no transporte de carga geral no 1º trimestre de 2023, algumas mercadorias apresentaram crescimento significativos nesse mesmo período. Destaque para o milho (+42,5%), seguido por: açúcar (+28%); celulose (+17,4%); ferro gusa (+11%); e produtos siderúrgicos (+3%).

De janeiro a março de 2023, mais de 60% da soja e 50% da celulose exportados chegaram aos portos brasileiros por ferrovia. No caso da celulose, a participação do modal nas exportações, em milhões de TU, subiu 3,5%, enquanto no caso da soja (e farelo) houve baixa de 1,6%.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/05/2023

ASSINATURA DE PROTOCOLO DE INTENÇÕES COLOCA A PORTOS RS NO GRUPO DOS CHAMADOS “PORTOS VERDES”

Da Redação *PORTOS E LOGÍSTICA* 10/05/2023 - 19:42



Nesta quarta-feira (10), o World Hydrogen Summit 2023 chegou ao segundo dia de atividades e foi marcado pela assinatura de um protocolo de intenções entre o Brasil e a Holanda. O documento estabelece a realização de uma cooperação entre os dois países para possibilitar a exportação e a realização de investimentos mútuos.

O presidente da Portos RS, Cristiano Klinger, esteve presente no ato e confirmou o interesse da autoridade portuária de participar do desenvolvimento do programa denominado Green Ports Partnership. O

objetivo é aumentar a cooperação bilateral e o conhecimento para promover de forma conjunta iniciativas públicas e privadas no campo do desenvolvimento portuário.

O fomento de atividades voltadas a produção de energias renováveis a partir da energia eólica on/offshore e do hidrogênio verde são alguns dos pilares estruturantes do protocolo de intenções. Fazer parte do grupo dos chamados “portos verdes” colocará os portos do Rio Grande do Sul em uma posição ainda maior de destaque no cenário internacional.

De acordo com Klinger, “assinar o compromisso com 24 empresas holandesas coloca a Portos RS no centro mundial da discussão sobre hidrogênio verde e estimula a atração de investimentos internacionais. Agora precisamos pensar nos próximos passos para efetivar os negócios que podem alavancar o desenvolvimento da região de forma sustentável e ecológica”.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 10/05/2023

EQUINOR CELEBRA DOIS GRANDES CONTRATOS PARA O PROJETO BM-C-33

Da Redação *OFFSHORE* 10/05/2023 - 19:40



A Equinor, representando a licença do BM-C-33, que conta com os parceiros Repsol Sinopec Brasil e Petrobras, celebrou um contrato com a TechnipFMC para entregas relacionadas ao escopo de SURF (subsea umbilicals, risers and flowlines), e um contrato de compra e venda (SPA - sales and purchase agreement) para a entrega de um FPSO (Unidade Flutuante de Produção, Armazenamento e Transferência) com a Modec.

“Estamos contentes de celebrar esses contratos com companhias reconhecidas por sua experiência e qualidade, o que será importante para as principais entregas no desenvolvimento do BM-C-33”, afirma Geir Tungeskiv, vice-presidente Executivo de Projetos, Perfuração & Procurement.

“A Modec também conta com o contrato do FPSO do nosso projeto Bacalhau, e esperamos aproveitar as experiências entre os dois projetos para garantir a execução dos projetos de maneira segura e eficiente. Também temos uma longa história de colaboração com a TechnipFMC e estamos contentes de continuarmos nossa boa colaboração no desenvolvimento de outro projeto relevante”, diz Tungesvik.

“O BM-C-33 é um ativo de classe mundial no pré-sal brasileiro da Bacia de Campos. O Brasil é uma área estratégica para o crescimento da Equinor e a companhia tem ambições de aprofundar sua

presença no país. O BM-C-33 será um importante projeto para viabilizar esse objetivo, sendo um relevante fornecedor para o mercado de gás doméstico, contribuindo para o desenvolvimento industrial e para a segurança energética localmente. Ao mesmo tempo, estamos comprometidos em usar tecnologia para reduzir nossas emissões substancialmente. O BM-C-33 contará com uma meta de intensidade de carbono de menos de 6kg por barril de óleo equivalente durante a vida útil do campo, enquanto a média global da indústria é de 16 kg de CO2 por barril”, diz Veronica Coelho, presidente da Equinor no Brasil.

O BM-C-33 vai utilizar a tecnologia de ciclo combinado no FPSO para reduzir a intensidade de CO2.

O contrato do FPSO é principalmente na modalidade de lump sum turnkey e inclui engenharia, aquisição, construção e instalação para toda a unidade. A data de entrega do FPSO é prevista para 2027. A MODEC também fornecerá à Equinor serviços de operação e manutenção do FPSO durante o primeiro ano a partir do seu início de produção, após este período a Equinor planeja operar a unidade.

A Equinor exerceu uma opção no contrato de projeto de engenharia básica com a TechnipFMC, concedido em julho de 2022, para fornecer engenharia integrada, aquisição, construção e instalação para o SURF. O sistema SURF será instalado em uma profundidade de água de aproximadamente 2.900 metros, que representa a instalação mais profunda na história da Equinor.

O contrato, descrito pelo fornecedor como uma celebração muito relevante, inclui a entrega de sistemas de árvores Subsea 2.0™, coletores, jumpers, risers rígidos e linhas de fluxo, umbilicais, terminações de extremidade de tubulação e equipamentos de distribuição subsea e controle de topside. A TechnipFMC tem uma forte presença local e também foi contratada para acordos envolvendo equipamentos adicionais e serviços operacionais subsea.

Equinor e os parceiros decidiram desenvolver o projeto do BM-C-33, no pré-sal brasileiro, com um investimento de aproximadamente US\$ 9 bilhões.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 10/05/2023

RELATÓRIO APONTA AUMENTO DE DWELL TIME DE IMPORTAÇÃO EM 3 PORTOS

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 09/05/2023 - 22:59



Arquivo/Divulgação

Tempo de permanência de contêineres de importação subiu em Paranaguá, Vitória e Salvador, entre março e abril, segundo dados da plataforma project44

Um relatório divulgado esta semana aponta, entre março e abril, um aumento do tempo de permanência (dwell time) para importações para os portos de Paranaguá (PR), Vitória (ES) e Salvador (BA). Os dados da plataforma project44 registram aumento de 17% em Vitória, o equivalente a um dia adicional completo de permanência. Salvador teve o menor aumento com 7,4% e Paranaguá 7,7%. De acordo com a publicação, Paranaguá continua com o maior dwell time (7 dias), seguida de perto para Vitória (6,9 dias). Embora Salvador tenha tido um aumento, entre março e fevereiro, a permanência lá é menor em quase 4 dias em relação a fevereiro.

Já o tempo de permanência para exportações no Brasil permanece estável desde dezembro de 2022. Paranaguá continua com o maior tempo de espera em 6,1 dias, mas esta é uma grande melhoria em relação aos 12,1 dias em torno desta época no ano passado. Desse modo, ainda há um aumento de 15% nos tempos de permanência entre março e abril. Salvador teve um aumento de 21% na permanência entre março e abril, ou quase um dia a mais de permanência nas exportações.

O tempo de entrega das importações para o Brasil não mudou drasticamente para nenhum país entre fevereiro e março, exceto para os Estados Unidos. Nas importações dos EUA, por exemplo, houve redução de 9,5%, o que equivale a despachos de contêineres com quatro dias a menos em relação a fevereiro.

De acordo com a project44, o prazo de entrega das exportações do Brasil apresentou muita volatilidade no ano passado, principalmente para a Argentina. No entanto, nos últimos meses, eles se estabilizaram um pouco. O lead time para a Argentina, que estava em 84,5 dias em dezembro de 2022, agora está em torno de 37 dias – uma redução de 56%. Tal índice ainda é 52% maior que o menor tempo nos últimos 12 meses, de 24,2 dias, mas a situação tem uma tendência de melhora.

O desempenho no segmento de cargas completas ou dedicadas (full truckload) continua bom, com mais de 70% de todas as cargas sendo entregues no prazo. Isso representa uma melhoria de mais de 20% em relação a dezembro de 2022, quando apenas 51% das cargas foram consideradas no prazo. Há uma queda de 2% em relação a março de 2023, mas no geral o mercado melhorou muito nos últimos 12 meses

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/05/2023

SENADORES APRESENTAM PEDIDOS PARA LEVAR PL DA PRATICAGEM A 3 COMISSÕES

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 09/05/2023 - 20:37



Arquivo/Divulgação

Parlamentares querem estender discussão sobre texto que regulamenta atividade, aprovado na CI (Infraestrutura) semana passada, para CAE (Assuntos Econômicos), CRE (Relações Exteriores) e CDR (Desenvolvimento Regional)

Três senadores apresentaram requerimentos para que o projeto de lei 877/2022, que regulamenta a atividade de praticagem, seja discutido em três comissões da casa revisora. A matéria foi aprovada na semana passada na Comissão de Infraestrutura do Senado e os pedidos foram apresentados dentro do prazo previsto no regimento antes de a matéria ser enviada para a Câmara dos Deputados. O PL, de autoria do senador Nelsinho Trad (PSD/MS), altera a Lei 9.537/1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências, para conferir segurança jurídica e estabilidade regulatória nos preços desses serviços.

O senador Luis Carlos Heinze (PP - RS) argumentou que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) precisa ser ouvida acerca do impacto econômico das medidas dispostas no PL. Ele justificou em seu requerimento que o serviço de praticagem é um fator crítico no impacto do frete das mercadorias transportadas pelo modal aquaviário e atinge diretamente o comércio exterior e interestadual, com efeito sobre os preços dos produtos consumidos pelos brasileiros.

Heinze citou a auditoria operacional do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a regulação da praticagem, publicada em março de 2020, que apontou que o serviço é oferecido em situação de monopólio no país, sem regulação econômica e transparência de preços. Além disso, os auditores mencionaram no documento que a atividade é prestada com base de valor bem mais elevado do que os verificados em parâmetros internacionais. À época do processo, o ministro-relator, Bruno Dantas, e os ministros do TCU discordaram e não acolheram as recomendações dos auditores.

Na ocasião, Dantas discordou do argumento de que a atividade violaria a ordem econômica. Ele avaliou que é um serviço essencial submetido a um regime jurídico híbrido e a um elevado grau de regulamentação estatal. No acórdão, os ministros da Corte de Contas acompanharam o relator e concluíram que a regulamentação técnica exercida pela autoridade marítima, com a consequente

instituição da escala de rodízio única não caracteriza infração à ordem econômica, tendo em vista a ordem jurídica vigente.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) pediu a oitiva da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CRE), em face de o projeto abranger atividades inerentes à autoridade marítima e à segurança da navegação, que representam ações envolvendo a segurança nacional. Já o senador Flávio Bolsonaro (PL - RJ) pediu que seja ouvida a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. O parlamentar justificou que a matéria tratada possui relação com as competências daquela comissão, haja vista ter impacto direto nestes dois segmentos.

O texto aprovado acrescenta, na Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário (Lei 9.537/1997), parâmetros de funcionamento da atividade presentes nas normas da autoridade marítima para o serviço de praticagem (Normam-12/DPC). Entre eles, a escala de rodízio única de atendimento aos armadores, estabelecida pela Marinha para garantir a disponibilidade ininterrupta do serviço, evitar a fadiga do práctico e assegurar a quantidade mínima de manobras para manter a habilitação.

O projeto também insere na lei a obrigatoriedade do serviço para as embarcações com mais de 500 toneladas de arqueação bruta (AB), exceto as previstas em regulamento da autoridade marítima e as classificadas, exclusivamente, para operar na navegação interior com bandeira brasileira — como é o caso dos comboios de balsas que levam a produção do agronegócio pelos rios. Essa exceção, já prevista na Normam-12, foi incluída pelo relator da matéria, senador Weverton Rocha (PDT-MA). De acordo com o texto, a autoridade marítima poderá conceder isenção de praticagem a comandantes brasileiros de navios de bandeira brasileira de até 100 metros de comprimento, com pelo menos dois terços da tripulação brasileira.

O texto do PL também estabelece que o preço do serviço será livremente negociado entre os tomadores e prestadores, sendo a Marinha do Brasil a autoridade competente por reprimir quaisquer práticas de 'abusos de poder econômico', conforme preconizado pela Lei 9.537/1997. A ressalva foi uma emenda do relator, senador Weverton, que suprimiu o trecho que restringia o acesso ao processo seletivo para praticante de práctico a oficiais de náutica e prácticos com intenção de mudar de zona de praticagem. Com isso, mantém-se a possibilidade aberta a qualquer pessoa com curso superior e habilitação de mestre-amador.

Após a aprovação na CI na semana passada, a Praticagem do Brasil manifestou, em nota, que inserir essas normas em lei, com procedimentos mundiais de segurança, evita questionamentos ao poder discricionário da Marinha, empoderando a autoridade marítima. A categoria entende que a proposta legislativa tem como objetivo conferir status legal à regulamentação infralegal da Marinha do Brasil, trazendo mais segurança jurídica e estabilidade regulatória. O presidente da Praticagem do Brasil, Ricardo Falcão, considera que o projeto foi fruto de amplo debate na comissão, com a participação de diferentes players do setor. Ele destacou que, em abril, houve um debate promovido pelo senador Weverton (PDT-MA), relator do PL, com representantes de entidades setoriais e de governo.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 10/05/2023

FPSO 'FLUMINENSE', DA SHELL, SERÁ SUCATEADO NA DINAMARCA

Da Redação OFFSHORE 09/05/2023 - 20:30



FPSO 'Fluminense' - Divulgação Modec

A Shell contratou a dinamarquesa Modern American Recycling Services Europe (MARS) para executar reciclagem 'verde' de sua embarcação flutuante de armazenamento e descarga (FPSO) "Fluminense", de 49 anos .

O FPSO será sucateado após 20 anos em operação para a Shell nos campos de petróleo de Bijupirá e Salema, na Bacia de Campos.

Espera-se que a unidade chegue à MARS Europe em Frederikshavn, no norte da Dinamarca, em 2024, após obter as aprovações necessárias em conformidade com os regulamentos locais e internacionais.

A instalação de reciclagem verde aprovada pela UE da MARS em Frederikshavn foi selecionada no ano passado para dismantelar o FPSO "Petrojarl Foinaven", construído em 1996, da Teekay Corporation, e o "Petrojarl Banff", construído em 1997, em 2021.

A Modec foi a responsável pela conversão do FPSO "Fluminense" a partir de um petroleiro ULCC, assim como pela sua operação e manutenção. A embarcação é capaz de processar 81.000 bopd e comprimir 75m cfd de gás natural.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/05/2023

LUCRO LÍQUIDO DA SAAM DIMINUI NO PRIMEIRO TRIMESTRE

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 09/05/2023 - 20:17



A SAAM relatou lucro líquido de US\$ 18,9 milhões no primeiro trimestre de 2023, desempenho 19% menor do que o mesmo período de 2022. Este valor exclui US\$ 1,3 milhão em perdas contábeis extraordinárias relacionadas ao acordo vinculativo para vender um terminal portuário e as operações logísticas associadas à Hapag-Lloyd.

As vendas totalizaram US\$ 218,1 milhões (+8%) e o EBITDA consolidado foi de US\$ 67,7 milhões (-4%).

Em relação ao acordo vinculativo para vender suas operações portuárias, logística e ativos imobiliários para a Hapag-Lloyd, a empresa observou que o negócio ainda está sob revisão pelas autoridades reguladoras. As operações contínuas (reboque e logística aérea), que a SAAM continuará a administrar após a conclusão do negócio, encerraram o primeiro trimestre do ano com receita de US\$ 126,8 milhões, 19% a mais que no mesmo período do ano passado.

Esta semana, a empresa também anunciou que encerrou o processo de compra de 21 rebocadores da Starnav no Brasil, que inclui 19 embarcações atualmente em operação e duas em fase final de construção. O negócio está avaliado em US\$ 198 milhões.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/05/2023

PORTO DE LONG BEACH REVELA PLANOS PARA ENORME INSTALAÇÃO EÓLICA OFFSHORE FLUTUANTE

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 09/05/2023 - 20:05



O Porto de Long Beach anunciou planos para o Pier Wind, uma gigantesca instalação eólica offshore flutuante projetada para ajudar a Califórnia e os EUA a atingirem metas de energia renovável.

A instalação, a maior de seu tipo em qualquer porto marítimo dos Estados Unidos, apoiará a fabricação e montagem de turbinas eólicas offshore tão altas quanto a Torre Eiffel.

O Pier Wind permitirá que turbinas totalmente montadas, capazes de gerar 20 megawatts de energia, sejam rebocadas por mar para parques eólicos offshore no centro e norte da Califórnia .

“À medida que a sociedade faz a transição para a energia limpa, nosso porto está idealmente localizado para tal empreendimento – com mar calmo atrás de um quebra-mar federal, um dos canais mais profundos e amplos dos EUA, acesso direto ao oceano aberto e sem restrições de altura do ar”, disse o diretor executivo do Porto de Long Beach, Mario Cordero. “Nenhum outro local tem espaço para alcançar as economias de escala necessárias para reduzir o custo de energia dessas enormes turbinas.”

O projeto de US\$ 4,7 bilhões, abrangendo até 1,6 km² no distrito do porto a sudoeste da Long Beach International Gateway Bridge, não apenas fornecerá energia renovável, mas também criará empregos e oportunidades de carreira para comunidades desproporcionalmente afetadas pelas mudanças climáticas e operações portuárias.

A construção está programada para começar em janeiro de 2027, com os primeiros 0,4 km² operacionais no início de 2031, os segundos 0,4 km² operacionais no final de 2031 e os últimos 0,8 km² entrando em operação em 2035.

A instalação está planejada para ajudar a Califórnia a atingir sua meta de produzir 25 gigawatts de energia eólica offshore até 2045 e contribuir para reduzir o custo nacional da energia eólica offshore em 70% até 2035.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/05/2023

VALE E GRAVITY ASSINAM MOU PARA DESENVOLVER PLANTA DEDICADA À PRODUÇÃO DE BRIQUETES DE MINÉRIO DE FERRO POR REDUÇÃO DIRETA

Da Redação ECONOMIA 09/05/2023 - 18:03



A Vale e a produtora francesa de DRI GravitHy assinaram um Memorando de Entendimento (MoU) para buscar soluções focadas em um processo de produção de aço neutro em carbono usando a inovadora tecnologia de briquetes de minério de ferro da Vale. No âmbito do MoU, a Vale e a GravitHy avaliarão conjuntamente a construção de uma planta co-localizada no site da GravitHy em Fos-sur-Mer (França) para produzir briquetes de redução direta a partir da matéria-prima de minério de ferro da Vale.

A primeira planta de ferro de redução direta (DRI) da GravitHy deve iniciar a produção em 2027. A planta foi projetada para produzir DRI usando hidrogênio como combustível redutor, diminuindo substancialmente as emissões de carbono na cadeia siderúrgica quando comparada à produção de ferro-gusa pela rota integrada BF-BOF. A planta DRI a ser construída pela GravitHy tem capacidade de produção de 2 Mtpa e investimentos de € 2 bilhões. A empresa está avançando em seus estudos de engenharia e licenciamento, e a construção está prevista para começar em 2024.

Rogério Nogueira, diretor de Desenvolvimento de Produtos e Negócios da Vale, disse: “A Vale está comprometida em fornecer soluções de baixa emissão de carbono para a indústria siderúrgica global. A GravitHy é um bom exemplo de um mercado de aço em mudança, onde novos players assumem o desafio de utilizar hidrogênio para produzir DRI de baixo carbono para suprir uma capacidade de produção de EAF crescente esperada. Estamos felizes em trabalhar com um líder na produção de DRI baseado em H₂, pois acreditamos nas excelentes características de nossos briquetes de minério de ferro para produção de DRI”.



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 080/2023
Página 69 de 69
Data: 10/05/2023
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

Comentando sobre o MoU, Jose Noldin, CEO da GravitHy disse: “A descarbonização da produção de aço é um grande desafio e requer soluções inovadoras, não apenas em tecnologia, mas também em produtos e novos modelos de negócios. Estamos muito satisfeitos em iniciar esta colaboração com a Vale para avaliar sua tecnologia de briquetagem exclusiva e de ponta, que pode mudar o jogo em soluções de baixo carbono oferecidas pelo setor de mineração”.

No dia 3 de maio, a Vale informou que testou com sucesso um novo tipo de briquete de minério de ferro, adaptado para a rota de redução direta, que contribuirá para a descarbonização da produção de aço. O novo tipo de briquete emite cerca de 80% menos CO2 em relação aos pellets em sua fabricação, diminuindo as emissões diretas e indiretas da empresa (escopos 1 e 2).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/05/2023



MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 10/05/2023